

Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

APRESENTAÇÃO

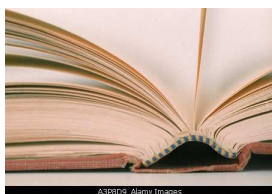
Prezado leitor

Este é o quarto número do *SBS Caderno de Resenhas*, periódico eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia, que tem como objetivo publicar resumos e comentários elaborados por especialistas, sobre livros nacionais ou estrangeiros da área de Ciências Sociais. Esta iniciativa visa contribuir para a informação e o desenvolvimento do debate acadêmico em circuito amplo, por meio de edição eletrônica e assim difundir a produção intelectual dos cientistas sociais democratizando seu acesso a um público mais diversificado.

O *SBS Caderno de Resenhas* representa um esforço da diretoria da SBS para concretizar o desejo, anunciado ao longo do tempo, de solidificar e difundir o pensamento sociológico em diversas instâncias do domínio público. Significa, portanto, a continuidade dos esforços de publicação e edição de obras sobre o pensar sociológico, que vem caracterizando a prática acadêmica da entidade, desde o tempo de sua criação.

Esta publicação tem periodicidade semestral com inscrição ISSN 1981-2264 e divulgação no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia: www.sbsociologia.com.br

Os interessados em encaminhar resenhas devem seguir as Normas para Publicação (neste Caderno), e enviar os trabalhos para a Secretaria Geral da Comissão de Publicação, no endereço: sbsresenhas@yahoo.com.br



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

EXPEDIENTE

Publicação Semestral da Sociedade Brasileira de Sociologia
Nº. 4, Ano 3, Junho de 2008
ISSN: 1981-2264

Diretoria (gestão 2005 a 2007)

Presidente: Tom Dwyer, UNICAMP

1º Vice Presidente

Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, USP

2º Vice Presidente

Ana Maria Fernandes, UnB

Secretário Geral

Celi Scalon, UFRJ

Tesoureiro

Maíra Baumgarten Corrêa, UFRGS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

Pedro Célio Alves, UFGO

Diretores

Cynthia Hamlin, UFPE

Irllys Alencar Firmo Barreira, UFC

José Miguel Rasia, UFPR

Antônio Augusto Prates, UFMG

Antônio Carlos Witkoski, UFAM

Coordenação Editorial

Irllys Alencar Firmo Barreira

José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial

Jacob Carlos Lima

Maíra Baumgarten Corrêa

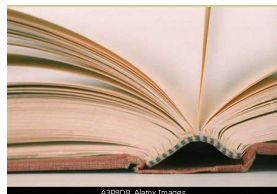
Maria Stela Grossi

Saete Cavalcanti

Tom Dwyer

Secretaria

Dione Marques



Apresentação

Expediente

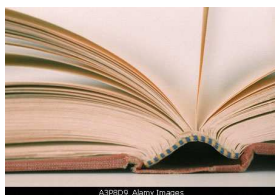
Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

SUMÁRIO

1. ASSISTÊNCIA À POBREZA E DEMOCRACIA: A CARIDADE PRIVADA E A CARIDADE PÚBLICA EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE 04
Anete B. L. Ivo
2. INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, ESTADO E BEM-ESTAR SOCIAL 10
Daniel Gustavo Mocelin
3. MARIÁTEGUI: UM OLHAR MARXISTA SOBRE EDUCAÇÃO 15
Diogo Valença de Azevedo Costa
4. VELHICE: IDENTIDADE E EXPERIÊNCIA 20
Domingos Sávio Cordeiro
5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE DE CONJUNTURA 25
Fábio Alves Ferreira
6. HORIZONTES DA SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES E TENDÊNCIAS 31
Francisco Alencar Mota
7. SOCIABILIDADES E MAÇONARIAS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 37
Marcos José Diniz Silva
8. “TAMBÉM ESTE É UM DOS LUGARES OSCUROS DA TERRA”: TRABALHO DE CAMPO EM CONTEXTOS METROPOLITANOS 41
Maria Paula Jacinto Cordeiro
9. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 47



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

RESENHAS

ASSISTÊNCIA À POBREZA E DEMOCRACIA: A CARIDADE PRIVADA E A CARIDADE PÚBLICA EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Resenha do livro de TOCQUEVILLE, Alexis de. *Mémoire sur le Paupérisme*. Oeuvres Complètes: Alexis de Tocqueville. Tomo XVI – Mélanges. Paris: Gallimard, [1835] 1958.

Anete B. L. Ivo¹

No momento em que a sociedade brasileira discute a natureza da assistência à pobreza, o texto de Alexis de Tocqueville, escrito em 1835 - *Mémoire sur le paupérisme*² [Memória sobre o pauperismo] propõe uma interpretação original à questão. O seu artigo se estrutura em duas partes: a primeira, apresenta uma síntese histórica de desenvolvimento das sociedades capitalistas européias e as relações ambíguas e paradoxais de emergência da miséria e da indigência de seu povo; a segunda trata mais especificamente da natureza institucional do “socorro aos pobres”, distinguindo a caridade privada e a caridade legal, num quadro de reconhecimento de igualdade estatutária dos indivíduos na democracia.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFBA e Pesquisadora Sênior do CRH/UFBA. Titular da *Chaire Simon Bolivar* na Université de Paris III (2000) e professora convidada da Université de Paris XII (2006). Pesquisadora associada ao Centre de Recherche et Documentation de l'Amérique Latine- CREDAL/CRRS desde 1996.

² Segundo nota na *Oeuvres Complètes* (Paris, Gallimard, 1958, p. 117) este texto parece ter sido escrito pelo autor entre janeiro e abril de 1835, mas o manuscrito original perdeu-se. A primeira parte desse texto foi objeto de três publicações: *Mémoires de la Société académique de Cherbourg* (1895, p. 293-344); o *Bulletin des sciences économiques et sociales du Comité des travaux historiques et scientifiques* (ano 1911, 1915, p 17-37) e, finalmente, a revista *Commentaire*, de nº23, p. 630, 1983, e nº. 24, 1983-84, p. 880-888). As notas aqui apresentadas tomam por base a versão da *Oeuvres Complètes*, Gallimard, 1956 p. 117- 139. A tradução dos trechos citados é minha. O livro de Serge Paugam. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris PUF, 2005 traz também uma análise desse texto, entre outros autores.

O autor inicia sua análise mostrando o paradoxo inerente ao desenvolvimento capitalista dos diversos países da Europa (Inglaterra, Portugal, Espanha, França): o desenvolvimento econômico elevado dos países aumenta o número daqueles indivíduos que recorrerem à caridade; enquanto que os países com aparência mais “miserável” têm menos “indigentes³”: Quando se percorre os diversos lugares da Europa ficamos espantados com um espetáculo extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que parecem mais miseráveis são aqueles que, na realidade, contam com menos indigentes e, nos povoados cuja opulência admirais, parte da população é obrigada a recorrer à dádiva do outro para viver. (p. 117).

Num esforço comparativo, ele relaciona a emergência do fenômeno da pobreza e da indigência ao nível de desenvolvimento de civilizações, destacando a dimensão relativa da pobreza, condicionada pelo estágio de desenvolvimento econômico e cultural de cada País, dimensão que, mais tarde, será adotada como critério de mensuração da pobreza⁴. De uma forma indireta, o autor mostra que a pobreza material e o nível de vida não são variáveis diretamente correspondentes, mas condicionadas segundo a fase de desenvolvimento e a cultura de um povo. Neste sentido, ele observa que, apesar da aparente opulência material da Inglaterra, um sexto da sua população sobrevive às custas da caridade pública,

Atravessai os campos da Inglaterra, e vos acreditais transportados num Éden da civilização moderna. Estradas magnificamente conservadas, residências novas e limpas, rebanhos gordos pastando em ricas pradarias, cultivadores cheios de força e de saúde, a riqueza mais deslumbrante que nenhum país do mundo, a fartura mais ornada e mais procurada que em nenhum outro lugar; em todos os lugares o aspecto de cuidado, de bem-estar e de lazer (...) que faz vibrar o coração a cada passo: tal parece a Inglaterra aos primeiros olhares do viajante. Penetrai agora no interior das comunas; examinai os registros das paróquias e descobrireis com uma inexprimível surpresa que o sexto habitante deste reino florescente vive às custas da caridade pública. (p. 117-118).

enquanto em Portugal e na Espanha, onde os indivíduos apresentam uma situação aparentemente mais miserável, existem menos indigentes.

Encontrareis sobre seus passos uma população mal alimentada, mal vestida, ignorante e grosseira, vivendo em campos semi-cultivados e em moradias miseráveis; em Portugal, entretanto, o número dos indigentes é pouco considerável. (p. 118)

³ A noção do Autor entre *miseráveis* e *indigentes* é distinta das definições contemporâneas de indigência. Para Tocqueville a *miséria* refere-se às condições de desenvolvimento material e progresso de uma região ou país, enquanto que a *indigência* refere-se à pobreza dos indivíduos, que se distinguem do resto da população por traços característicos de privação e de dependência em relação ao outro.

⁴ Refiro-me à diferenciação contemporânea nas metodologias de aferição e medição da pobreza entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa.

Da mesma forma, ele mostra que, no interior de um mesmo País há diferenças regionais na manifestação da pobreza. Na França, por exemplo, a proporção de pobres nas regiões mais ricas, como a região Norte, é bem maior, exigindo a intervenção da caridade, enquanto nas regiões menos industrializadas a proporção de pobres é menor.

Para tentar explicar o fenômeno da pobreza, ele retorna às raízes de constituição da sociedade humana localizadas, segundo o autor, nos povos indígenas da América do Norte, levantando duas questões: primeiro, as condições culturais e históricas que condicionam a noção de “necessidades” acabam por determinar as condições de desigualdades:

Eis aqui os homens que se encontram pela primeira vez. Eles saem dos bosques, são ainda selvagens, se associam não para gozar a vida, mas para encontrar os meios de viver. [...]

Enquanto os homens eram errantes e caçadores, a desigualdade não teria se introduzido entre eles de maneira permanente. Não existia nenhum sinal exterior que pudesse estabelecer de forma permanente a superioridade de um homem e sobretudo de uma família sobre outra ou sobre outro homem [...] Mas, desde o instante em que se conheceu a propriedade fundiária e em que os homens converteram as vastas florestas em ricos alqueires e abundantes pradarias, (...) viu-se indivíduos manterem em suas mãos muito mais terras do que precisavam para se alimentar e perpetuarem a propriedade nas mãos de sua posteridade. (p. 119-120).

Em segundo lugar, ele observa a distância entre as condições objetivas da pobreza e as representações subjetivas que os indivíduos têm de sua própria condição.

Eu vivi no meio dos povos bárbaros da América do Norte, lamento seu destino, mas eles não o consideram cruel. Dormindo em meio da fumaceira de sua cabana, coberto com vestimentas grosseiras feitas com suas mãos ou produto de sua caça, o Indígena olha com piedade nossas artes, considerando as buscas de nossa civilização como uma sujeição cansativa e vergonhosa.... (p. 119).

Tocqueville segue analisando a evolução crescente das “necessidades”, na Idade Média, e seus efeitos sobre a condição de poder.

Cada século (...) vem desenvolver o espírito humano, estender o círculo do seu pensamento, aumentar seus desejos, crescer o poder do homem; o pobre e o rico, cada um na sua esfera, concebe a idéia de novos prazeres que seus antecessores ignoravam. (p. 122).

E, a partir da reconstituição histórica da formação das necessidades e do supérfluo, ele conclui a primeira parte desse texto, mostrando como esse processo debilita alguns, impondo-lhes a necessidade de recorrer à caridade pública.

Quanto mais uma sociedade é rica, industrializada, próspera, mais os prazeres tornam-se variados e permanentes em maior número. (...). O homem civilizado é, pois, infinitamente mais exposto às vicissitudes do destino que o homem selvagem. (...) quanto mais as nações são ricas mais o número daqueles que devem recorrer à caridade pública deve se multiplicar, vez que duas causas muito poderosas levam a este resultado: nas nações, a classe naturalmente mais exposta às necessidades aumenta sem cessar e, de outro lado, as próprias necessidades aumentam e se diversificam ao infinito. (...) (p. 125).

A primeira parte da sua “*Mémoire...*” conclui mostrando o caráter inexorável do progresso humano na formação de novas e crescentes necessidades e, ao mesmo tempo, o imperativo de a sociedade intervir numa ação mitigadora dos “males inevitáveis”:

À medida que o movimento atual da civilização continuar veremos os prazeres crescerem em maior número; a sociedade se tornará mais aperfeiçoada, mais sábia (...). Pode-se diminuir este duplo movimento; as circunstâncias particulares nas quais os diferentes povos foram colocados precipitarão ou suspenderão seu curso, mas não é dado a ninguém parar. Apressemo-nos, pois, em buscar meios de atenuar os males inevitáveis que já é fácil prever. (p. 125/126)

Na segunda parte, Tocqueville passa a analisar, portanto, dois encaminhamentos em relação à mitigação da pobreza. Diferencia a beneficência mais antiga, própria à esfera da relação individual e privada, que busca aliviá-lo dos seus próprios males, aquela que o Cristianismo transformou em virtude divina e chamou de “caridade”; de outra, mais racional, que leva a sociedade no seu conjunto a ocupar-se das dificuldades de seus membros. Segundo Tocqueville, este segundo tipo de intervenção nasceu do Protestantismo e se desenvolveu nas sociedades modernas. Para ele, o primeiro tipo é uma virtude privada e escapa à ação social, enquanto a segunda é produzida e regulada pela sociedade. Tocqueville chama esta segunda de caridade legal, que diz respeito aos cuidados sociais com a pobreza a partir da esfera coletiva da sociedade, advertindo sobre os possíveis riscos e implicações do ponto de vista do Direito, do comprometimento de longo prazo e de posição dos indivíduos na coletividade.

Serge Paugam no livro *Les formes élémentaires de la pauvreté* (Paris: PUF, 2005: 29) esclarece que Tocqueville, preocupado com o risco de ver a caridade legal se expandir, identifica explicitamente os *paupers* com os assistidos, ou seja, com todos aqueles que necessitam recorrer

ao apoio de seus semelhantes e vivem às suas custas. Ainda que Tocqueville não explique este fenômeno por uma lei econômica do Capitalismo, como o fará Marx, Paugam entende que ele contribuiu para uma “sociologia da pobreza”, sublinhando que é a dependência dos indivíduos à coletividade que distingue os pobres do resto da sociedade. Dimensão que cem anos mais tarde será retomada por Simmel no seu livro *Les Pauvres* [1907].

Na segunda parte da *Mémoire sur le paupérisme*, Tocqueville analisa criticamente a lógica do Direito social dos pobres⁵. A partir dos recursos e leis criados para a proteção dos pobres, na Inglaterra, ele sugere que, uma vez criados, torna-se quase impossível revertê-los. Uma vez que a Inglaterra admitiu o princípio legal da caridade ela ficou impossibilitada de passar sem ela.

Perto de dois séculos e meio se passaram desde que o princípio da caridade legal foi plenamente admitido por nossos vizinhos e agora se pode julgar as conseqüências fatais que decorreram da adoção deste princípio. (p. 128).

E porque seria impossível desfazer-se dela? Ele argumenta que naturalmente os homens têm tendência à ociosidade e que apenas dois motivos os induzem ao trabalho: a necessidade de sobrevivência ou o desejo de melhorar suas condições de vida. A experiência mostrou, no entanto, que a maioria dos homens só era incitada ao trabalho pela sobrevivência e apenas um pequeno número era motivado por estímulos de mobilidade. Assim, para Tocqueville, a criação indistinta de um estabelecimento caritativo para todos os necessitados ou uma lei que desse a todos os pobres um direito à ajuda pública, quaisquer que fossem sua origem e/ou as causas da pobreza, resultaria necessariamente numa fragilização dos que buscam apenas a sobrevivência e deixa inertes aqueles movidos pela busca de melhoria de vida. Através dessa distinção entre os que buscam apenas a sobrevivência e os motivados à mobilidade pelo trabalho, ele retorna à questão do “para quem” se dirigem os benefícios da assistência, se aos “maus” pobres ou os “bons” pobres, aqueles trabalhadores dignos da assistência. “Não é tão difícil distinguir as nuances que separam um infeliz não meritório da infortuna produzida pelo vício”, diz Tocqueville. Diante desse paradoxo Tocqueville mostra as contradições e dificuldades dos dirigentes (juízes e administradores) em responder à demanda dos necessitados, na Inglaterra, que acaba por lhes conceder um salário sem exigir um trabalho. Este encaminhamento, para ele, tem implicações bastante sérias:

Toda medida que funda a caridade legal sobre uma base permanente e lhe dá uma base administrativa criou, pois, uma classe ociosa e preguiçosa, vivendo às custas da classe industrial e trabalhadora. Eis aí, se não o seu

⁵ Paugam (*Ibidem*) ressalta que esta dimensão, em geral, é a mais utilizada pelos partidários de uma redução das ajudas do Estado em relação aos mais desprovidos.

resultado imediato, ao menos sua consequência inevitável. Ela reproduz todos os vícios do sistema monástico, sem as idéias elevadas de moralidade e religião que geralmente aí vinham juntas. Uma lei, assim, é um germe envenenado, disposto no seio da legislação. As circunstâncias, como na América, podem impedir este germe de tomar desenvolvimentos rápidos, mas não os destruir, e se a geração atual escapa à sua influência, ela devorará o bem-estar das gerações vindouras. (p. 130-131)

A seguir ele avalia o caráter dos direitos aplicados aos pobres, nessas condições.

Não existe nada de mais elevado ao espírito humano que a idéia dos direitos. Encontra-se na idéia dos direitos algo de grande e vigoroso que retira o caráter de súplica da demanda e coloca aqueles que reclamam no mesmo nível de quem concede. Mas o direito que tem o pobre de obter os socorros da sociedade tem uma particularidade, em lugar de elevar o coração do homem que o exerce, ele o abaixa. Nos países em que a legislação não dispõe de semelhante recurso, o pobre, dirigindo-se à caridade individual, reconhece seu estado de inferioridade em relação aos seus semelhantes, é verdade, mas ele o reconhece em segredo e por um tempo.(p.131)

À especificidade do direito do pobre, concedido pela coletividade, Tocqueville associa, então, uma identidade social desqualificadora ou negativa:

A partir do momento em que um indigente está inscrito numa lista de pobres de sua paróquia ele pode sem dúvida reclamar com segurança a ajuda, mas, o que seria a obtenção desse direito, senão a manifestação autêntica da miséria, da fraqueza, da falta de conduta daquele por ele investido? Os direitos comuns são conferidos aos homens em razão de alguma vantagem pessoal adquirida por eles sobre seus semelhantes. Este é concedido em razão de uma inferioridade reconhecida. Os primeiros ressaltam muito mais esta vantagem e a constataam, o segundo torna clara esta inferioridade e a legaliza. (p. 131)

Para Paugam (ibidem, p. 31), Tocqueville, nesse trecho, levanta a questão sociológica do estatuto social dos “assistidos”. Quando a identidade não resulta de uma contribuição direta ou indireta à atividade de produção, mas por uma dependência pronunciada em relação à coletividade, como é o caso dos *paupers*, ela é marcada por um descrédito e se torna negativa. Contudo, Paugam considera que o autor deixou de perceber a possibilidade de resistência e reação dos pobres a essa desqualificação social. De fato, diversos segmentos sociais pauperizados

organizaram-se em suas lutas, pressionando o seu acesso às políticas públicas e convertendo uma identidade negativa em formas de reconhecimento legítimas e mesmo legais na sociedade⁶.

A despeito dessas limitações ou das possíveis divergências sobre a perspectiva de Tocqueville, o importante é que o autor, neste texto, destaca o caráter imperfeito e polêmico da assistência aos pobres. Para ele, esses sempre serão designados publicamente e definidos socialmente por esta relação de dependência, que, ao mesmo tempo, consagra o seu pertencimento à sociedade pelo reconhecimento do direito de ser ajudado, e, por outro lado, expressa uma integração fatalmente estabelecida no último estrato social, onde se o estigmatiza, considerando ser o lugar de todos “os vícios e perversões”. (Cf. Paugam, *ibidem*, p. 31).

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, ESTADO E BEM-ESTAR SOCIAL

Resenha do livro de CASTELLS, Manuel; HIMANEN, Pekka. *El Estado del bienestar y la sociedad de la información. El modelo Finlandés*. Versión castellana de Jesús Alborés. Madrid: Alianza Editorial, 2002. 215 p.

Daniel Gustavo Mocelin⁷

Muitos textos importantes, que exploram problemáticas atuais, não têm sido traduzidos no Brasil, pois na maior parte dos casos retratam realidades consideradas diferentes. Contudo, uma série de questões que atinge os diversos países está presente nas agendas internacionais, como o caso da inovação tecnológica, da competitividade e da produtividade e como esses elementos se poderiam combinar com redução das desigualdades, políticas sociais, Estado e sustentabilidade. No Brasil, esta é uma matéria em pauta na agenda nacional e de suma importância. Conhecer realidades diversas pode favorecer não apenas a reflexão, mas principalmente ações políticas. Em *El Estado del bienestar y la sociedad de la información*, Manuel Castells e Pekka Himanen analisam o caso da Finlândia⁸, um país que era “pobre”, com economia baseada no extrativismo

⁶ A história dos movimentos sociais é plena de exemplos dessa natureza, no Brasil. O *Movimento dos Sem Terra* e as lutas urbanas por acesso a serviços e bens públicos são exemplos claros de reconversão de uma identidade negativa em positiva, do ponto de vista de uma inserção social.

⁷ Cientista Social, Mestre em sociologia, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador, desde 2002, do Grupo de pesquisa sobre O Trabalho na Sociedade Contemporânea, coordenado pela Dra. Sônia Karam Guimarães.

⁸ A Finlândia é um país europeu escandinavo. Limita-se ao norte com a Noruega, ao leste com Rússia, ao sul com o Golfo da Finlândia; do outro lado do Golfo encontra-se a Estônia e o Mar Báltico e a oeste o Golfo da Bótnia e a Suécia. Sua capital é Helsinque, com cerca de 600 mil habitantes. O país tem uma população de 5,5 milhões, em um território de 557 mil Km². O país foi classificado como 13º melhor país no Índice de Desenvolvimento Humano da

florestal e na agricultura, e que, em duas gerações, transformou-se em uma das economias mais competitivas do mundo, após pesados investimentos públicos e privados no mercado de tecnologia da informação e comunicação e surgimento de uma cultura da inovação na sociedade civil.

A partir de análise minuciosa e tomando o caso da Finlândia como objeto empírico, os autores defendem a tese de que um Estado de bem-estar plenamente desenvolvido não é incompatível com a inovação tecnológica, com o desenvolvimento da sociedade informacional e com uma nova economia dinâmica e competitiva. Antes pelo contrário, parece ser um fator que contribui de forma decisiva para o crescimento dessa nova economia sobre uma base estável. Em outras palavras, Castells e Himanen (2002) defendem a tese de que as relações entre inovações tecnológicas, competitividade, desempenho produtivo e proteção social e trabalhista podem ser de natureza mais positiva do que negativa. Para os autores, um estado de bem-estar proporciona o fundamento humano para a produtividade necessária do modelo de desenvolvimento informacional e também aporta uma estabilidade institucional e social que suavizaria os possíveis danos causados à economia e às pessoas durante períodos de recessões potencialmente agudas.

O sociólogo espanhol Manuel Castells (Hellín, Albacete, 1942) é um dos mais renomados especialistas mundiais na chamada sociedade da informação e sua contribuição dispensa maiores apresentações – bastaria dizer que Castells é um sociólogo com vasta experiência na investigação empírica e uma metodologia rigorosa para oferecer uma visão geral sobre as transformações mais profundas pelas quais passa a sociedade atual. Colaborador ativo de Castells, o filósofo finlandês Pekka Himanen nasceu em 1973 e se doutorou em Filosofia pela Universidade de Helsinque, aos 20 anos de idade. Atualmente, é professor das Universidades de Helsinque e Berkeley (EUA) e vem sendo assessor do Governo, do Parlamento e do presidente da Finlândia em questões relacionadas com a sociedade da informação.

Desde os anos 1970, a sociedade informacional se expande após a revolução das tecnologias de informação e comunicação, especialmente com a expansão da microeletrônica e da Internet. Essa sociedade está demarcada por uma série de mudanças que transformaram o tecido social, como este foi conhecido no século XX: internacionalização econômica; fluxo de capitais estrangeiros; estruturação das empresas e da maior parte das organizações e instituições em redes

ONU, com um IDH de 0,941, em 2003. Também se destaca a primeira posição na Avaliação de Estudantes em Matemática pela OCDE, medido entre 41 países; e a primeira posição no Índice de Transparência (menor grau de corrupção), medido entre 146 países. A Finlândia tem um regime republicano parlamentar semi-presidencialista; possui uma economia de mercado altamente industrializada, com produção *per capita* maior que a do Reino Unido, França, Alemanha e Itália. O setor-chave de sua economia é a indústria, especialmente madeira, metalurgia, engenharia, telecomunicações e produtos eletrônicos; o comércio externo representa 1/3 do PIB; com exceção de madeira e minérios, o País é dependente de importações de matérias-primas, alimentos, bens-manufatura e energia; a moeda é o Euro. A religião é a Cristã Luterana e Ortodoxa, com presença de minorias. As principais cidades são Helsinque, Espoo, Vantaa, Tampere, Turku e Oulu.

eletronicamente relacionadas; ressurgimento da identidade como princípio básico da organização social; redução da soberania dos Estados-Nação, porém não desaparecimento dos Estados; reestruturação das instituições políticas mediante o desenvolvimento do Estado-rede, que articula o supranacional, o nacional, o regional, o local e o não-governamental; a transformação da consciência das mulheres, libertando-se do patriarcalismo e, portanto, modificando as bases da família, da sexualidade e da personalidade.

Esta sociedade informacional, todavia, não é um estágio privilegiado ao qual um Estado pode ascender, mas é a sociedade global atual no momento presente, com suas facetas de diversidade social, histórica, cultural e institucional. Há, portanto, distintos modelos de sociedade da informação que se desenvolvem na prática e também há uma grande diversidade de situações para países, grupos sociais e pessoas em termos de quem alcança a produtividade e a criatividade e quem sofre processos de marginalização ou de isolamento individual. É nesse sentido que interessa aos autores investigar a experiência da Finlândia, que seria uma sociedade da informação que estaria entre as mais avançadas da Europa.

No texto, os autores demonstram que a Finlândia é um exemplo exitoso de inserção no mundo globalizado através do desenvolvimento da sociedade da informação, mantendo o contrato social entre o Estado e a sociedade e uma distribuição desses benefícios de forma bastante homogênea. Os autores destacam, com inúmeros dados comparativos, que a Finlândia foi a economia européia mais produtiva no final do século XX. Entre os casos de sucesso de sua economia estaria o exemplo da empresa Nokia, que teria contribuído com a revolução das telecomunicações no mundo.

A argumentação dos autores fundamenta-se sobre o diferente desenvolvimento que a economia informacional teve na Finlândia. Em contraposição ao desenvolvimento que se observou nos Estados Unidos, a globalização da economia finlandesa não se traduziu em aumento da desigualdade social nem no crescimento da marginalidade dos indivíduos menos protegidos pelo Estado. No caso finlandês, descrito e analisado por Castells e Himanen, destacam-se como elementos-chave a identidade cidadã finlandesa, reforçada pelo informacionalismo, a habilidade do Estado para conjugar o desenvolvimento dessa identidade mediante a promoção da sociedade da informação e suas sinergias com os setores público e privado e entre estes.

A obra vincula uma série de análises que iniciam pela mudança tecnológica que ocorreu no ambiente econômico-empresarial, passam pela criação de agências de pesquisa e desenvolvimento e de órgãos de fomento à ciência – as quais foram postas em prática desde os anos 1970, além da análise de políticas de Estado voltadas para a educação superior, com descentralização das Universidades e criação de instituições de educação técnica em todo o território, chegando à informatização do sistema de saúde pública e à manutenção das políticas de

proteção social, educação gratuita e direito às aposentadorias. Os autores descrevem um círculo virtuoso entre proporcionar boa educação, saúde, condições de vida dignas e estabilidade social e a produtividade informacional sobre a qual se baseia a nova economia: quanto mais a sociedade beneficia o sistema produtivo, mais são proporcionados recursos crescentes para pagar a expansão do bem-estar social.

O conceito de Estado social em sentido mais amplo incluía a proteção coletiva dos trabalhadores. A economia informacional teria “debilitado” essa dimensão, porque teria introduzido o conceito de mão-de-obra informacional, que não se refere unicamente à qualificação em tecnologias informacionais e à importância central do processamento da informação, mas também à organização do trabalho em rede: o trabalho se organiza em torno de Companhias como uma rede a que se conectam e desconectam as pessoas, segundo as necessidades variáveis dos projetos, participando nela de forma temporária, por tempo parcial e através do auto-emprego.

No contexto da sociedade informacional, as diferenças básicas consistem em decidir quem e como se pode impulsionar a sociedade da informação sem dismantelar o Estado social. No caso da Finlândia, fica entendido que grande parte dessa responsabilidade corresponde ao Estado e políticas direcionadas para a inovação, sem deixar de considerar o aumento da qualidade de vida mediante o que se denominou de Estado de Bem-estar. Quanto mais a população tem acesso à cultura e à educação, mais essa população se amolda e adapta melhor às novas tecnologias. Tal promoção necessitou ser conduzida por uma forte presença das instituições públicas, modernizadas e organizadas em rede, oferecendo serviços públicos e sociais de qualidade. Para financiar tal situação, há uma forte pressão fiscal, porém, isto não afeta a Economia, uma vez que a eficiência e a produtividade cresceriam em maior ritmo que os impostos. Segundo Castells e Himanen, os empregos não só requerem a capacidade de utilizar tecnologias da informação e processar a informação, mas também a capacidade de “aprender-a-aprender”: a fonte da produtividade e da competição é a mão-de-obra capaz de programar-se a si mesma – fator de produção mais importante para as empresas almejarem vantagens competitivas. Os autores constataram que os profissionais das empresas modernas e competitivas desfrutam de empregos mais protegido que os demais trabalhadores; o paradoxo seria: quem tem menos necessidade de proteção são os mais protegidos, e que os que são mais vulneráveis às mudanças têm a proteção mais debilitada ou em degradação. De forma análoga ao caso finlandês, o modelo dos Estados Unidos e das Economias asiáticas emergentes deixaria o desenvolvimento de sociedade informacional exclusivamente nas mãos do mercado. Nas Economias asiáticas, o Estado promove a sociedade informacional, fomentando o investimento em novas tecnologias e ainda reduzindo impostos a título de incentivos fiscais para que as empresas obtenham maiores lucros. Esse

processo, combinado com a desestruturação do Estado, produzia duplo efeito: primeiro, uma maior desigualdade entre a população mais rica e a mais pobre e, segundo, o baixo nível cultural da população em geral acabaria por criar indivíduos que são consumidores tecnológicos, mas não participantes na sociedade informacional. Neste sentido, o caso finlandês contrasta agudamente com o modelo do Silicon Valley, impulsionado inteiramente pelos mecanismos de mercado, o espírito empresarial individual e a cultura do risco, com consideráveis custos sociais, aguda desigualdade social e uma base que se deteriora no que diz respeito ao capital humano gerado localmente, bem como à infra-estrutura econômica.

Para Castells e Himanen o Estado de bem-estar e a cooperação entre as empresas e os trabalhadores, com alguma mediação governamental, permitem o desenvolvimento da flexibilidade do trabalho em um sistema estável de relações industriais. Também demonstram que os sindicatos podem aceitar a transformação das práticas empresariais sob a condição de não terem que assumir uma parte excessiva dos custos sociais que entrinham a transição ao modelo informacional. Na Finlândia, o Estado desempenhou e segue desempenhando papel de primeira ordem na hora de guiar o crescimento econômico e construir a sociedade informacional. Porém, não por isso, o Estado submeteu a Economia a um controle burocrático, pelo contrário, este tem sido uma das forças liberalizadoras. O Estado finlandês tem atuado como promotor da inovação tecnológica e produtor de uma mão-de-obra do conhecimento, criando as condições para que as empresas pudessem reestruturar-se e competir globalmente.

Diversos aspectos do livro questionam se poderia haver uma relação de legitimidade entre identidade social e sociedade informacional. As evidências apontam para uma articulação positiva entre os dois fatores. Haveria, a partir do caso finlandês, carência de fortes identidades de resistência: se por um lado não existem movimentos ultranacionalistas – como seria o caso de outros países nórdicos, por outro lado, também não há um movimento antiglobalização. Esse perfil estaria vinculado à história finlandesa, que deixou de ser uma Economia pré-capitalista baseada na “sobrevivência” para tornar-se uma economia de ponta baseada na “pós-sobrevivência”, em curto período de tempo.

Na conclusão, os autores retomam a idéia de que o caso da Finlândia é um exemplo virtuoso dentre as diversas formas de desenvolvimento que a sociedade informacional engloba. A experiência finlandesa demonstraria, portanto, que o modelo do Silicon Valley não é a única forma de construir uma sociedade informacional avançada, mas que há opções. Contudo, o modelo finlandês de sociedade informacional tem-se desenvolvido em circunstâncias específicas que não são reproduzíveis em outros contextos. Entretanto, haveria várias lições analíticas para serem apreendidas dessa experiência e que poderia ser fonte de reflexão e, quem sabe, de inspiração para outros países e regiões do mundo. Além disso, a análise revela que a

desestruturação do Estado de bem-estar, em suas diversas formas de manifestação, não está vinculada diretamente à Economia informacional, mas a outros processos ainda por serem revelados. O livro é instigante e deveria ser lido, analisado e criticado por todos os interessados em discutir as mudanças econômicas, políticas e culturais recentes.

MARIÁTEGUI: UM OLHAR MARXISTA SOBRE EDUCAÇÃO

Resenha do livro de MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui sobre educação*. Introdução, seleção de textos e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Xamã, 2007, 133 p.

Diogo Valença de Azevedo Costa⁹

A editora Xamã lançou recentemente uma coletânea de escritos sobre educação, da autoria do marxista peruano José Carlos Mariátegui. O livro conta com um meticuloso trabalho de organização e tradução de textos de autoria do historiador e cientista político Luiz Bernardo Pericás, responsável também pela redação de uma rápida apresentação, na qual são esclarecidas as origens de cada um dos escritos, ao todo vinte artigos sobre temas educacionais, breves, mas “densos e importantes”, publicados em jornais da época, como “Mundial e Variedades”, e na revista *Claridad*, e ainda, de uma bem fundamentada introdução, intitulada “Mariátegui e a questão educacional no Peru”, em que se analisam numa visão de conjunto, os contextos econômico, sócio-político, histórico, cultural e ideológico do Peru e da América Hispânica, indispensáveis a uma compreensão integral da perspectiva educacional socialista de Mariátegui. Os assuntos debatidos ao longo de todo o livro são diversos: a reforma universitária no Peru, as Universidades populares, a educação artística, a liberdade de ensino, a educação classista, as relações entre a educação e a Economia, os conflitos entre professores e estudantes, os problemas editoriais, as bibliotecas públicas e muitas outras questões de interesse geral. Nesta breve resenha, o mais essencial, entretanto, não será apontar a diversidade das temáticas educacionais enfrentadas por Mariátegui – o que por si só já bastaria para evidenciar a pluralidade e riqueza de seu pensamento político – e, sim, ressaltar seu modo peculiar de interpretação das questões candentes da realidade peruana em íntima vinculação a uma perspectiva marxista adequada às condições concretas da América Latina. O *Amauta* – palavra que, em quíchua, significa “mestre” ou “sábio”, título de uma revista fundada em 1926 por Mariátegui e a forma como ele passou a ser

⁹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista CNPq.

conhecido entre os peruanos – trouxe inestimáveis contribuições para as Ciências Sociais em termos de análises histórico-concretas que, aliadas ao impulso de sua militância radical-popular e socialista, ajudaram a desvendar aspectos cruciais das formações nacionais específicas da América Latina, em estreita conexão com o cenário político e ideológico internacional. O enfoque marxista original da formação social concreta dos países latino-americanos, inaugurada pelo autor de “Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana (1928)”, também não poderia deixar de orientar o conjunto de suas reflexões no campo educacional e, por isso, seria importante enfatizar essa dimensão propriamente metodológica do pensamento de Mariátegui, igualmente presente em seus artigos sobre educação, a fim de destacar o valor perene da totalidade de seus escritos para o saber produzido na Sociologia e demais ciências sociais.

O conhecimento sociológico não constitui uma entidade pura, desprovida de vínculos políticos e ideológicos, pois sempre irá expressar no embate entre as contrastantes formas de construção conceitual associadas às correntes teóricas em antagonismo, o desejo de concretização de determinados projetos sociais. Assim, os que se consideram academicamente neutros não fazem mais do que negar, por ignorância ou má fé, o fato básico de que a Sociologia, como todo e qualquer processo social, tem vínculos políticos e ideológicos inextirpáveis com o contexto histórico do qual seria parte integrante. O que é verdade para a Sociologia nesse aspecto em particular também o seria para a totalidade das ciências sociais. Na perspectiva metodológica de Mariátegui, o que sobressai é o propósito marxista de realizar a união entre teoria e prática. Esta advertência é feita logo na apresentação por Luiz Bernardo Pericás, ao dizer que a atitude de Mariátegui não era meramente “jornalística” ou contemplativa quando se lançava aos debates das questões educacionais. O conhecimento por ele produzido tinha um forte viés militante, socialista, pois “participava ativamente do desenvolvimento das Universidades populares, da criação da revista Amauta e do jornal Labor, de reuniões com camponeses indígenas e operários, da fundação e direção da Central Geral dos Trabalhadores do Peru e do Partido Socialista” (p. 7). Não se tratava, porém, de uma mera tomada ideológica de posição ou de reproduzir discursos panfletários sobre a realidade social, mas de um necessário envolvimento direto nos movimentos sociais como um meio de superar as limitações do raciocínio abstrato, dos esquemas gerais simplistas, da mera aplicação de modelos e da análise conceitual vazia, formalista, desprovida de conteúdos histórico-sociais concretos. A “análise concreta da situação concreta”, a “essência” ou “alma viva” do marxismo nas palavras de Lênin, exemplifica bem a postura metodológica de Mariátegui, o que lhe permitiu reconstruir a “totalidade concreta” da formação social peruana, assolada por múltiplos e interdependentes nexos de dominação capitalista, imperialista, colonial e étnico-racial, e apontar os caminhos a serem trilhados para a auto-emancipação dos trabalhadores

e das raças subjugadas. A caracterização objetiva da realidade latino-americana não conduzia à conclusão de que o socialismo seria alcançado mais cedo ou mais tarde, como uma fatalidade histórica, mas seria uma necessidade histórica para eliminar a dupla expropriação dos trabalhadores peruanos e dos camponeses indígenas, internamente pela burguesia local e externamente pelas burguesias dos centros imperiais e dos Estados Unidos. Por isso, nos debates educacionais, Mariátegui irá aparecer sempre como um crítico contundente do reformismo liberal e seus ambiciosos projetos, tecnicamente bem elaborados, mas esterilizados pelos vícios burocráticos e juristas de querer promover mudanças na educação pela simples força de princípios universais e abstratos, sem atentar para as necessárias transformações na própria estrutura econômica, social e política. Ou a mudança seria revolucionária em direção ao socialismo, para o que se necessitaria educar politicamente os trabalhadores e camponeses, ou qualquer veleidade de mudança apenas serviria para reproduzir indefinidamente sob novas formas a dominação colonial, imperialista e capitalista no Peru. A constatação objetiva era, em suma, a de que seria preciso organizar o movimento socialista e aproveitar o potencial crítico de contestação à ordem capitalista então presente nas massas populares. Isso não seria conseguido sem uma nova concepção educacional, anti-conservadora, anti-oligárquica, revolucionária e socialista, a qual Mariátegui tornaria uma dimensão essencial de sua obra política e teórica de investigação da realidade histórica latino-americana.

No já mencionado ensaio introdutório, de leitura prévia indispensável, Luiz Bernardo Pericás se encarregou de esclarecer o contexto histórico e ideológico das idéias de Mariátegui sobre educação. Este contexto é indissociável do movimento, de grande expressão na América Hispânica, da reforma universitária, cujo marco principal seria o lançamento do Manifesto de Córdoba, em 1918, pela Federação Universitária Argentina. Esse movimento, de profunda radicalidade em relação a um ensino universitário ossificado, arcaico, elitista, sustentado nos princípios da autoridade e da hierarquia do catedrático sobre os alunos, desvinculado das necessidades das massas populares e, ainda, de forte inspiração colonial, baseado nos modelos importados da França e Estados Unidos, altamente alienado das realidades locais, representou um estímulo para que os estudantes peruanos lutassem por uma série de reivindicações contra o “velho sistema educativo” (p. 22), sendo a principal delas a aproximação da Universidade, do povo e dos trabalhadores. Apesar de ter apoiado o movimento das reformas universitárias e as agitações estudantis, Mariátegui não acreditava numa transformação da Universidade, dissociada da “tarefa de construção de uma nova ordem política e social no Peru” (p. 38), ou seja, da luta pelo Socialismo. Uma visão mais geral sobre os dilemas da reforma universitária no Peru, possibilitada pela leitura de alguns dos artigos contidos na coletânea, como “A crise universitária:

crise de professores e crise de idéias”, “O problema da Universidade” e “Estudantes e professores”, o primeiro de 1923 e os dois últimos datados de 1928, pode ser obtida também na quarta parte do clássico “Os Sete ensaios”, intitulada “O processo da educação¹⁰”. Outra referência importante para entender o pensamento educacional de Mariátegui seria sua participação nas Universidades Populares González Prada, um espaço de debates e formação política dos trabalhadores que o ‘Amauta’ considerava ter a missão de construir uma nova “cultura revolucionária” (p. 27). O processo de auto-educação política e ideológica dos trabalhadores representava, dentro da perspectiva do marxista peruano, uma condição *sine qua non* para a luta contra a hegemonia cultural das classes burguesas. Pode-se dizer, parafraseando-se uma famosa frase de Lênin, que, para Mariátegui, sem “cultura revolucionária não haveria revolução”. A união entre teoria e prática, na reflexão pedagógica de Mariátegui, exigia que a interpretação marxista das formações sociais do Peru e da América Latina fosse um instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores e das massas populares. Esta seria, portanto, uma dimensão essencial de seu ponto de vista metodológico, materialista histórico, pois, sem um envolvimento direto nas lutas sociais, não se poderia obter um conhecimento da realidade concreta em seus múltiplos, variados, interdependentes e mutáveis aspectos políticos, econômicos e culturais. Em última instância, a educação seria também um elemento metodológico das ciências sociais e um dos meios da práxis revolucionária para verificar se o conhecimento que aponta para a transformação em dada direção seria ou não verdadeiro, pela concretização, ao menos parcial, das alterações desejadas: um movimento constante de reavaliação da teoria pela prática e de reorientação da prática pela teoria. No texto introdutório do organizador de tal coletânea, muitas outras questões, fundamentais para a compreensão da dimensão educacional do pensamento de Mariátegui, são também debatidas com rigor historiográfico e exemplar reconstrução do panorama econômico, social, político, cultural e ideológico peruano. Contudo, as duas referências, a da reforma universitária e das universidades populares, pareceram de maior relevância para serem destacadas neste pequeno resumo crítico do livro.

Uma exposição completa dos inúmeros assuntos tratados por Mariátegui em seus artigos jornalísticos sobre educação, reunidos nessa coletânea, seria impossível nas poucas linhas que ainda restam. Cumpriria, por isso, apenas apontar, pelo menos, dois dos temas mais capazes de revelar os horizontes metodológicos marxistas de Mariátegui, no que eles teriam de importante como contribuições para um estudo do processo educacional sob o prisma das ciências sociais. Um primeiro tema seria o da rejeição das fórmulas ou ideais abstratos e dos princípios universais que encobrem a verdadeira realidade educacional. O socialista peruano se coloca como um

¹⁰ A tradução brasileira dos *Sete ensaios* data de meados da década de 1970, isto é, publicada aqui com quase meio século de atraso em relação à edição original peruana.

adversário direto das mistificações do pensamento liberal sobre a educação, cujas frases sonoras, retóricas e de efeito não fazem mais do que propagar idéias difíceis de serem alcançadas, diante da realidade concreta da sociedade capitalista: “A ‘educação gratuita, laica e obrigatória’ é uma receita usada, do velho ideário demo-liberal-burguês. Todos os radicalóides, todos os liberalóides da América Hispânica inscreveram-na em seus programas” (p. 47-48), citação extraída do artigo “Introdução a um estudo sobre o problema da educação pública”, publicado em “Mundial” em 1925, “A liberdade de ensino”. Eis aqui outro programa ou outra fórmula que conta com muitas adesões e muitos consensos. Mas eis aqui também outra idéia sobre cujo valor prático convém meditar mais profundamente: “A liberdade de ensino parece, à primeira vista, o desiderato para o qual devem tender todos os esforços renovadores. Mas o ideário dos homens que se propõem a transformar nossa América não se pode nutrir de ficções. Nada importa, na História, o valor abstrato de uma idéia. O que importa é seu valor concreto. Sobretudo para nossa América, que tanto necessita de ideais concretos” (p. 53), passagem retirada de “A liberdade de ensino”, também de 1925. Na perspectiva de Mariátegui, o mais essencial não seria partir de fórmulas abstratas ou princípios universais, mas analisar as questões concretamente em suas múltiplas ligações com os aspectos econômicos e políticos mais gerais de cada formação social específica. “O problema da educação não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social. O erro de muitos reformadores residiu em seu método abstratamente idealista, em sua doutrina exclusivamente pedagógica. Seus projetos ignoraram a íntima engrenagem que há entre a Economia e a educação e pretenderam modificar esta sem conhecer as leis daquela. Conseqüentemente, não conseguiram reformar nada, senão na medida em que as leis econômicas e sociais permitiram” (p. 65). A verdadeira reforma educacional deveria atuar nas estruturas mais profundas da sociedade e só alcançaria êxito se as diferenças e desigualdades de ensino entre as classes sociais fossem de fato eliminadas. O enfoque marxista em Mariátegui permite alcançar os múltiplos vínculos entre educação, Economia, sociedade e política, numa modalidade de investigação que aponta as alterações necessárias para resolver as deficiências de um ensino que não serve ao enriquecimento da personalidade humana e à sua emancipação, mas à reprodução das desigualdades e da hegemonia cultural das classes burguesas. Essa tomada de posição metodológica poderia servir como inspiração a muitos dos estudos na área de Sociologia Educacional que, atualmente, procurem analisar a situação do ensino e apontar caminhos para a solução de seus problemas sem recaírem no idealismo abstrato.

Um segundo tema, correlato ao precedente, diz respeito mais especificamente à maneira de encarar a educação como uma realidade econômica e social. Mariátegui também se preocupa com as relações entre os diferentes níveis de ensino, da Escola Fundamental e Secundária à

Universidade. “Diferenciar o problema da Universidade do problema da escola é cair num velho preconceito de classe. Não existe um problema da Universidade independente de um problema da Escola Fundamental e Secundária. Existe um problema da educação pública que abarca todos os seus compartimentos e compreende todos os seus graus” (p. 62). Na década de 1920 o pensador peruano, ao buscar as razões das diferentes modalidades do ensino ministrado às crianças burguesas e aos filhos de trabalhadores na própria estrutura social de classes da sociedade capitalista¹¹, já iria antecipar algumas das preocupações que estariam presentes na moderna Sociologia Educacional, a partir de meados dos anos 50 em âmbito internacional¹². Entretanto, uma diferença crucial seria a de que Mariátegui situava sua abordagem sobre educação nos marcos da militância socialista e do objetivo de impedir que as instituições de ensino se perpetuem indefinidamente como agentes de reprodução da ordem capitalista. Por isso, em comparação à Sociologia Educacional acadêmica, sua postura não será contemplativa, estando ela sempre assentada na identificação das forças sociais, os trabalhadores e as massas populares, capazes de mudar os horizontes da educação, pela destruição dos mecanismos que a prendem à reprodução das diferenças e desigualdades entre classes, grupos e indivíduos. Essas seriam, em suma, algumas das lições metodológicas do marxista peruano que, atuante principalmente no terceiro decênio do século XX, ainda teria muito a ensinar às ciências sociais acadêmicas de nosso tempo.

VELHICE: IDENTIDADE E EXPERIÊNCIA

Resenha do livro de VIEGAS, Susana de Matos; GOMES, Catarina Antunes. *A identidade na velhice*. Porto: Ambar, 2007, 138 p.

Domingos Sávio Cordeiro¹³

¹¹ No artigo “Ensino único e ensino classista”, de 1925, iria dizer: “O ensino, no regime demo-burguês, caracteriza-se, sobretudo, como um ensino classista. A escola burguesa distingue e separa as crianças em duas classes diferentes. A criança proletária, qualquer que seja sua capacidade, não tem praticamente direito, na escola burguesa, senão a uma instrução elementar. A criança burguesa, por outro lado, também qualquer que seja sua capacidade, tem direito à instrução secundária e superior. O ensino neste regime não serve, portanto, em nenhum modo, para a seleção dos melhores” (p. 75).

¹² Um bom exemplo dos tipos de preocupação existentes na sociologia educacional da década de 50 pode ser encontrado em Florestan Fernandes, *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

¹³ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri, Mestre e doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, Investigador Visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O que é uma boa investigação social senão um arcabouço teórico com base empírica que permite enxergar com mais clareza uma realidade?

Em Portugal é fácil perceber por qual motivo dizer na Europa que “o mundo é dos velhos”. Não é necessário recorrer às estatísticas, os idosos estão em todos os espaços públicos e privados. O vizinho com 84 anos, morador num bairro central em Lisboa, diz-me que as pessoas na quadra que moramos admiram-se por sua habilidade e disposição em limpar os caixilhos externos de sua sacada, coisa que, além de admirável pela exigência em habilidade física e pela exposição ao risco da altura, mostra que ele trabalha. Noutra conversa, ele conta que deu seu carro para a neta, mas faz questão de fazer saber a toda a gente que ainda é condutor autorizado, com sua carta válida, isto é, “sou uma pessoa, não um inválido”. Nessas e noutras paragens, tenho percebido, no “velho mundo”, como para indivíduos mais avançados na idade torna-se crucial uma constituição identitária, isto é, ser reconhecido como pessoa ativa no meio em que se está inserido. É o reconhecimento público de ações que indica a validade da construção identitária. Essas formulações encontram-se esboçadas nas lentes teóricas articuladas no livro “A identidade na velhice”. Nessa obra as autoras Susana de Matos Viegas e Catarina Antunes Gomes privilegiam na descrição do contexto etnográfico, os modos de apreensão da realidade através de expressões de afetos via discursos, performances e memória narrada. Tomadas como prática de investigação, as narrativas de vida contemplam relatos de experiências e biografias apanhadas por meio de entrevistas não estruturadas e observação participante.

Para interpretar os processos de identidade, as autoras debruçam-se sobre o universo da velhice de homens e mulheres em duas conjunturas sociais lusitanas. Primeiro, na década de 1990, no meio semi-rural de Almalaguês, com mulheres tecelãs e agricultoras e homens de diversas profissões, que viveram o período de passagem da valorização social da terra para a valorização do trabalho assalariado e da escolaridade. O segundo, na virada do século (1999 a 2001) no contexto de aposentados da classe média alta, os quais formam o ambiente quase acadêmico de uma Universidade da terceira idade no Porto. Em ambos os ambientes, as autoras investigaram os dilemas experienciados na velhice, conversando com vinte pessoas idosas, qualificadas na faixa etária entre 62 e 86 anos.

As principais linhas teóricas para análise das narrativas de vida na velhice são: as distinções entre experiência e “uma experiência”; a velhice como experiência liminar; a identidade como estigma; e o corpo como corpo expressivo.

Nas proposições da Antropologia da experiência, a vida é pensada como uma procura constante em desvendar enigmas. Há, nessa noção, uma distinção fundamental entre experiência –

na qual vida se caracteriza como fenômeno a fluir continuamente, e “uma experiência” significando processos de apreensão pela consciência de sentidos específicos (Dilthey). “Uma experiência” se refere a acontecimentos estruturados pelo indivíduo, embora não necessariamente pertencentes ao passado. O significado de uma experiência considera o passado interpretado no presente, sob a expectativa do futuro. A experiência da velhice é compreendida como um estado liminar (Turner), pois haveria tal qual em um ritual de passagem, uma mudança de localização dos sujeitos na sociedade. Nela, a identidade é entendida como um contexto relacional, isto é, um processo inter-subjetivo no qual a imagem de si mesmo refletida nos outros integra os processos de auto-identificação cuja comunicação se dá além do uso tradicional da linguagem verbal, pelo uso de performances não verbais e não intencionais.

A análise do social pelo poder comunicacional, para além da compreensão da vida social a partir da oposição entre o individual e o coletivo, sugere que a negociação contínua da identidade entre sujeitos pode ser compreendida como parte da relação entre o eu e o outro, em processos de atribuição de estigmas, ou seja, na vida social as pessoas experimentam as perspectivas de serem consideradas e de a outros considerarem ora como “normais”, ora como estigmatizados (Goffman). Na velhice, esses sentidos de estigmatização se fazem presentes na negociação das inter-subjetividades que constituem os jogos reflexivos de imagens de si-mesmo através dos outros. O corpo será percebido pelas autoras como “corpo expressivo”, isto é, meio de criação de significação, no qual são percebidos registros e meio de expressão de transformações identitárias a se considerar nos processos de representação das noções que compreendem o envelhecimento ativo.

A abordagem da corrente de pensamento nomeada “envelhecimento ativo” se dá à luz do conceito helênico de heroísmo. O arquétipo do herói que supera a si mesmo será evocado na conduta dos indivíduos para o seu reconhecimento como pessoa ativa na velhice. Para as autoras, a ideologia do envelhecimento ativo pode constituir um eixo de desigualdade social, na medida em que caracteriza uma modalidade de vivência da velhice não passível de adaptação em todos os contextos sociais, pois suas possibilidades de concretização dependem da posse de capital social e econômico. E isto parece ser verdade em Portugal onde os acessos a instituições que promovem o envelhecimento ativo não abrangem as camadas pobres da população.

Basicamente, a ideologia do envelhecimento ativo compreende a promoção do prolongamento da vida social de indivíduos idosos através de sua reinserção ativa no corpo social. Esta direção solidificou-se nos princípios de orientação da ONU, que nomeou o ano de 1999 como “Ano Internacional das Pessoas Idosas”, que, além de princípios de participação ativa de idosos na sociedade, faz parte de uma nova semântica relativa ao envelhecimento e à velhice. O

que se torna geral para a velhice no espaço euro-americano é a situação criada pela modernidade nos processos de industrialização nos quais sobressaem valores como produtividade e eficiência, fazendo surgir visões negativas sobre o envelhecimento e a velhice, conceituados como “*ageism*”. Trata-se aqui de uma expressão performática tal qual outros “ismos”. Não há tradução em uso deste termo no Brasil, o qual exprime preconceitos e discriminações com base na idade, por parte dos mais jovens para com os mais avançados na idade. Emerge então uma polarização entre a glorificação da juventude e a desvalorização dos velhos, dando corpo ao “*ethos do novo*”. As implicações desse *ethos* cultural dominante são exigências de desempenho dos “envelhescentes” e sua adesão a novos valores.

A análise da nova era do envelhecimento descola das reflexões sobre a velhice em visões que atribuíam ao idoso imagens paradisíacas, reflexivas e bucólicas próprias de um imaginário nostálgico e passa a considerar o idoso como ator social que se posiciona de modo contingente frente ao *ethos* cultural dominante. A nova era do envelhecimento pode ser definida então, a partir de três modelos como tipos ideais: juventude eterna, capacitação e epicurismo. O modelo de juventude eterna compreende estratégias para manutenção de um corpo saudável, além de investimentos em beleza e comportamento sensual. O modelo de capacitação tem o objetivo de ir de encontro aos processos de despersonalização, reinserindo os idosos em espaços sociais significativos através do trabalho, de atividades voluntárias, e de ocupações de lazer ou de participação no circuito do consumo inerente a sociedades contemporâneas de consumo. O modelo epicurista advém da ênfase no prazer em dar-se aos deleites e ao ócio, pois o essencial é “gozar a vida”.

No universo da tecelagem das mulheres em Almalaguês, as autoras tipificam três gerações: geração declinante (nascida entre as décadas de 1920 e 1930), geração controladora (nascida entre as décadas de 1950 e 1960), e a geração emergente (nascida posteriormente). Para cada uma delas, configura-se um ideal de vida destacando-se principalmente: conseguir meios financeiros para comprar terra, sinônimo de subsistência e autonomia – e para isso, um contingente expressivo da população do norte de Portugal migrou para o Brasil em torno dos anos 70 -, e conquistar terra para morada, ao mesmo tempo em que investe na educação dos filhos como possibilidade de inserção no meio urbano. Dos discursos nativos dessas mulheres e, por vezes, de seus homens, são extraídos sentidos existenciais sobre a vida e lugar das pessoas em correspondência ao que é comum a cada geração no âmbito do valor do trabalho e da percepção do seu corpo.

No texto, as narrativas compiladas com entrevistados em Almalaguês seguem coladas às discussões eleitas pelas autoras, nas quais se enfatizam dois aspectos: a compreensão da vida

como fenômeno natural e a reorientação na vida dos idosos para não deixarem de trabalhar. Assumir a vida como fenômeno natural implica tensões emocionais, às vezes, contraditórias ou enigmáticas. A contradição estaria em perceber, por um lado, a velhice como “falha”, com desequilíbrios e descompassos, devido à condição de velho e, por outro, como destino. Como destino, a velhice não pressupõe ruptura social, é previsível, não é uma escolha nem é abrupta. Por isso, a velhice difere de fenômenos que enredam rupturas, tais quais doenças, acidentes e infortúnios que causam traumas em fases anteriores da vida. A partir desta assertiva, as autoras relacionam o fato de a velhice não causar ruptura com a impossibilidade de controlá-la. Neste ponto, as promessas votivas, muito frequentes no universo católico em que os entrevistados se inserem, apelam à intermediação de santos para solução de problemas de ordem material / financeiros e de saúde, mas são consideradas ineficazes e até imorais, perante a velhice. .

A velhice como fenômeno natural diz respeito também à percepção da morte de idosos. Nas classificações nativas de mortes em várias fases da vida, a morte de idosos é não só esperada “naturalmente”, como aceita pela lógica de substituição, ou continuidade, da sociedade. Nessa idéia, entende-se que o indivíduo idoso já viveu bastante e precisa dar lugar aos novos, ao passo que a morte de um indivíduo ainda não idoso é considerada precoce e lamentada por não assegurar a continuidade da sociedade. A compreensão das atitudes humanas perante a vida e a morte como enigmas – emoção e contradição - culminam num paradoxo: enquanto o envelhecimento é percebido como princípio igualitário por atingir todas as pessoas, nem todas as pessoas envelhecem igualmente, pois que a velhice chegará para cada um em consonância ao que foi sua vida em fases anteriores, com o contributo do legado de suas condições financeiras e de trabalho, e de sua sociabilidade presente. “... em Almalaguês, a passagem dos indivíduos pelo curso de vida é concebida pelo fluir de reinterpretções de si próprio, a partir de imagens cruzadas, daquilo que se foi no passado, projetado no presente, e do que se é no presente, em confronto com aqueles quem se partilha uma experiência social e histórica” (p. 69).

A reorientação na vida dos idosos para não deixar de trabalhar é consequência de se ter uma ampliação no significado de trabalho que, sendo constituído como moeda de troca na economia das identidades reflexivas, já não é mais determinada como atividade profissional remunerada, mas sim, como uma exigência do meio, no sentido de que o indivíduo se mantenha ativo para não ser identificado com o estigma da velhice. Por isso, os idosos não podem ficar a viver em contemplação, parados. “Parar é morrer. A morte não é aqui concebida, no entanto, como o ato físico de morrer. Trata-se essencialmente, da perda da autonomia, uma idéia que está presente na noção que mais assusta aqueles que se sentem envelhecer” (p. 84).

Por isso também, tanto em Almalaguês, como no âmbito dos participantes na Universidade da Terceira Idade do Porto os indivíduos idosos procuram mostrar-se como pessoas autônomas, mantendo o ideal de vida intensa e, assim, afastando as representações negativas da velhice e o conseqüente processo de “despessoalização” que ocorre àqueles que perdem sua autonomia. “Viver intensamente por causa e apesar da velhice, glorifica uma vida” (p. 123).

A riqueza do livro não está na comprovação de verdades, mas na relevância da análise, como um instrumental que facilita a percepção do próprio envelhecimento e do envelhecimento social. Como deveria ser com todo bom texto científico, os comentários conclusivos são um convite para uma nova discussão. Nesse caso trata-se de saber em que medida o envelhecimento estabelece padrões sociais igualitários, por meio da aproximação de pessoas em comunidades ou *comunitas*. “Longe de inaugurar um processo de *comunitas*, a velhice nos dois contextos etnográficos abordados, coloca os sujeitos perante uma constante reavaliação da sua condição de pessoa, à qual se responde encetando as diversas estratégias de negociação quer do seu envelhecimento, quer da identidade a preservar ou reconfigurar” (p. 130).

Para quem gostou do texto como eu, talvez fique uma sensação de não “ter sentido o tempo passar” enquanto lia. Queria “ouvir” mais Susana e Catarina a refletirem sobre a velhice...

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE DE CONJUNTURA

Resenha da coletânea organizada por MELO, João Alfredo Telles. *Reforma Agrária quando?* CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006, 483 p.

Fábio Alves Ferreira¹⁴

Esta coletânea constitui um relatório da situação fundiária brasileira atual. É resultado dos estudos e discussões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), realizada entre os anos de 2003 e 2005. Contudo, esse relatório não foi aprovado na votação final. Ele foi vencido por 13 votos contra, e oito a favor. Assim sendo, não é tido como um documento oficial, representativo da realidade da sociedade rural do Brasil.

¹⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião/ Ciências Sociais e Religião da Universidade Metodista de São Paulo. Bolsista CAPES.

O fato de um outro documento ter sido aprovado na CPMI da Terra, não invalida a relevância das informações presentes neste trabalho. Para confecção deste relatório foram consultadas 75 mil páginas de documentos: 500 pastas (relatórios, inquéritos, processos judiciais, etc.); sigilos bancários de 21 uma pessoas foram expostos; e análise de dezenas de convênios entre governos e ruralistas. (p. 23). No final de todo o processo foi aprovado um relatório paralelo, em sessão realizada no dia 29 de novembro de 2005. Segundo Fábio Konder Comparato, nesse outro documento, os afligidos pela ausência de terra, no campo, foram postos como responsáveis pela violência no meio rural. O relatório aprovado pela CPMI da terra classificou como crime hediondo e atentado terrorista, toda ação de ocupação de terra, sem consentimento legal para tal. (p. 23). Por tanto este livro é um relatório vencido, não conferido como legítimo representante da situação agrária brasileira.

Dividido em cinco partes, o relatório expõe detalhadamente a situação fundiária no Brasil, a legislação que versa sobre esta questão e casos específicos de alguns Estados analisados, como por exemplo: as Ligas Camponesas em Pernambuco; os conflitos agrários na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo; a grilagem de terras no Estado de Rondônia, dentre outras situações que dinamizam a zona rural brasileira.

Já na introdução, Fábio Konder Comparato realiza uma arguta exposição do domínio do rural. Mostra como o proprietário de terra gozava, desde a Roma Antiga, de plenos domínios sobre a terra e sobre o trabalhador. Esses, para sobreviverem, ancoravam-se sob a égide do proprietário. Além disto, Comparato salienta que havia prerrogativas legais que amparava o domínio desigual do senhor de terra, que não era obrigado a manter relação de respeito com os seus subordinados e com sua família também. (p. 13)

Aqui no Brasil, a desigualdade no campo instalou-se desde o período colonial. Segundo Alberto Passos Guimarães, o sistema de sesmarias, implantado pelo rei de Portugal, possuía notadamente um caráter de classe. Consistia na distribuição de terras devolutas a pessoas influentes ou que potencialmente apresentasse condições de cultivá-las. Desta maneira, era negada a posse da terra aos índios e mestiços. (GUIMARÃES, 1989, p. 8, 45).

O relatório salienta que a grande propriedade rural brasileira, era mantida com uma hierarquia que autonomizava-a em relação aos órgãos executivos do Brasil. Para exemplificar isto, citamos as práticas dos coronéis, donos de terras. Segundo o relatório, eles realizavam justiça segundo o seu próprio julgamento. Desta maneira, colocavam submissos, à sua autoridade, todo trabalhador que necessitava de seus favores empregatícios. (p. 14). Comparato, ainda, afirma que mantinham a força militar própria, e sustenta:

Entre o senhor rural e as autoridades do Estado, tal como no plano internacional, estabeleciam-se relações de potência a potência, fundadas na tácita convenção bilateral de que o Estado se comprometia a respeitar a autonomia local do senhor, ao passo que este, como coronel da Guarda nacional, obrigava-se a manter a ordem na região, emprestando à autoridade pública, o concurso de seus homens de armas para a eventual guerra contra o estrangeiro, ou a episódica repressão aos levantes urbanos. (p. 14).

Assim, reportamo-nos a José de Souza Martins, para quem há dois temas que estão sempre pendentes na História do Brasil, havendo, em torno dos mesmos, uma organização da literatura brasileira: a questão do trabalho escravo, que embora tenha sido extinto em 1888, ainda hoje vigora condições escravistas de trabalho; e a questão agrária, a ausência de posse da terra, a falta de autonomia do trabalhador rural brasileiro e sua maior fonte de subsistência, que é a terra. (MARTINS, 2004, p. 11).

Ainda é destacado nesse relatório, não-aprovado, da CPMI da terra, que o modelo que sucedeu o sistema de Sesmarias, a Lei de Terras de 1850, bem como o anterior, foi um agravante causador da violência na zona rural. Pois, segundo o relatório, este modelo continuou a priorizar a concentração de terras e torná-la inacessível aos trabalhadores rurais. Esse fato, constituinte da sociedade brasileira, sempre chancelou a violência no meio rural, sobretudo como é deflagrada atualmente. (p. 26).

Nas investigações, contidas nesse livro, foram constatadas que no Brasil, ainda hoje, é fácil forjar um documento falso para tomada de terras públicas como se fossem privadas. Isto acontece com o consentimento de autoridades jurídicas, no contínuo mal-costume mantido, desde o período colonial. Segundo Comparato, tal problema é decorrente da mentalidade do brasileiro, que concebe o bem público como algo de ninguém, pronto a ser explorado por quem se aproveita dessa cultura. A idéia do escritor é deixar clara a afirmação de que todos estão voltados para os seus próprios interesses. Falta uma perspectiva do bem comum, para que haja uma mudança significativa no problema concreto. (p. 18)

Há uma corrupção moderna na aquisição de terras públicas. A constituição garante no artigo 185, no parágrafo II, que caso a terra não cumpra sua função social deve ser desapropriada e obrigatoriamente a União deve designá-la para fins de reforma agrária. Cabe ao Estado, portanto, a execução das políticas agrárias. Em contrapartida o expropriado receberá uma indenização, justa, por sua propriedade. Atualmente esta é uma forma de ganho, dos donos de terras, que lucram grandemente em troca da desapropriação da terra. A perda compulsória da terra, em tese, deveria ser seguida de uma desvalorização da mesma. Pois, segundo o que afirma a

lei, tem que está com o valor abaixo do preço de mercado, visto que, o até então proprietário, não cumpriu a Lei de Função Social do imóvel rural.

Outro dado bastante perceptível no relatório da CPMI da terra é o fato de que as entidades ligadas aos ruralistas e de defesa de seus interesses, apontam que, de 1995 a 2005, receberam dos cofres públicos 1.052 bilhões de reais, por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória. Por outro lado, foram designados 41,7 milhões de reais à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e à Confederação Nacional das Cooperativas do Brasil (Concrab) e também ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisas da Reforma Agrária (Iterra). Nesse caso, a primeira recebeu 25 vezes mais que as segundas, que são entidades ligadas diretamente aos interesses dos trabalhadores rurais. (p. 26).

Já os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam em outra direção. Segundo o MDA, o governo federal promoveu desde o início de 2003 ao final de 2006 o assentamento de 381.419 famílias. Para tanto, foram gastos cerca de 4,1 bilhões de reais. A área correspondente atingiu os 31,7 milhões de hectares¹⁵. Entretanto, o relatório volta a afirmar que a política de assentamento, desenvolvida até os anos de 2002, não era dotada de infra-estrutura. Ocasionalmente às famílias assentadas condições novas de precariedade social. (p. 223)

Alguns dados importantes destacados no relatório nos trazem uma instigante realidade no meio rural. O relatório aponta que no Brasil há: 170 mil famílias vivendo em acampamentos; 840 mil cadastradas pelo Incra como possíveis beneficiárias da reforma; 133 milhões hectares de terras são improdutivos; 170 milhões são consideradas terras devolutas; 4,3 milhões de hectares de terras públicas podem ser destinadas à reforma agrária. Todos estes números formam o montante de 311 milhões de hectares que podem ser disponibilizados à reforma agrária. (p. 203-214)

Além disso, segundo o relatório, a concentração de terras no Brasil, favoreceu a violência no campo. De acordo com as informações contidas no relatório, 1,6% de proprietários, com imóveis acima de mil hectares, detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). A concentração fomentou o aparecimento de movimentos que reivindicam a mudança dessa estrutura e com isso, favoreceu um contínuo conflito de interesses no campo brasileiro, que culminou em violência, não raro, seguida de mortes. (p. 25, 61)

A violência é outra marca da estrutura fundiária brasileira, estimulada pela impunidade dos assassinos. Dados da CPT revelam que, nas duas últimas

¹⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003, 2004, 2005, 2006. Uma colheita de conquistas e esperanças. (editorial). Brasília: *Terra da gente*. Governo Federal, jan. 2007.

décadas, 1349 pessoas foram assassinadas em decorrência da luta por terra, em 1003 ocorrências registradas. Apenas 75 dessas ocorrências resultaram em julgamentos; 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. No caso dos mandantes apenas 15 foram condenados. (p. 25-26).

Um outro fenômeno que contribui para manter a situação desigual no meio rural é definido como “grilagem”. Em suma, a grilagem consiste na apropriação de terras por meio de títulos falsos da dívida pública. O que caracteriza a grilagem são os seguintes fins: “revenda das terras em grande escala; obtenção de financiamento bancários; exploração de madeira; pagamento de dívidas previdenciárias e fiscais; obtenção de bônus pelo seqüestro de carbono; obtenção de indenização desapropriatória.” (p. 45).

Um outro fato constatado pela CPMI da terra é a prática corriqueira adotada por grileiros, principalmente no Sul do país, na qual contratam pistoleiros para matar ou intimidar moradores da terra escolhida para prática da grilagem. Sem assistência de uma política de proteção ao cidadão do campo, os posseiros, seringueiros, índios e tantos outros moradores são obrigados a sair das terras. Expulsos de seu lar, migram quase em sua inteireza para militância de movimentos sociais, ou para as zonas urbanas, alargando os índices de desemprego. (p. 45)

Finalmente para enfrentar eficazmente a prática da grilagem no Brasil, a CPI constata ser viável o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. Pois há uma intimidação dos funcionários do INCRA, quando não reticência do próprio órgão em intervir em situações legalmente consideradas passível de desapropriação. Do relatório da CPMI emerge frontalmente ao leitor, a realidade de cumplicidade estabelecida entre órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização e fazendeiros grileiros. É o caso, por exemplo, do Estado do Amazônia e o Pará, onde o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) se mostra com reservas - para não usar o termo omissão intencional, possivelmente mais adequado, na perspectiva do relatório -, em confiscar terras de particulares. (p. 54)

Para além destas constatações está o fato de ao INCRA terem sido negadas diversas liminares que visavam a arrecadação de terras públicas. Desta maneira, a ação judicial favorecia os grileiros e sua prática ilegal. Um dos casos citados no relatório foi o ‘Projeto Desenvolvimento Sustentável Esperança’ (PDS), que funcionava em Anapu. O mesmo teve suas atividades canceladas e uma facilidade de atuação dos grileiros. Este caso ficou famoso no Brasil e no mundo, pois o judiciário concedeu a reintegração de posse ao fazendeiro Vitalmino Bastos de Moura (Bida), algumas semanas antes do assassinato da missionária americana Dorothy Stang. O

estranho, segundo o relatório, é que a liminar foi revogada após o assassinato da missionária, sem qualquer pedido das partes envolvidas (p. 54).

Porém, a despeito de tantas informações acerca da desigualdade no meio rural, o livro que retrata as conclusões da CPMI não-aprovada da Terra, parece acriticamente incorrer num erro grave: abraçar a proposta de reforma agrária massiva, como solução imediata do problema no campo. Pensar assim em razão dos gritantes dados parece de fato razoável a quem se sensibiliza. Entretanto pensando dentro de uma lógica prática de economia capitalista, de federação que está em mútua relação com o resto do mundo, não se torna viável tal medida. É razoável pensar que poucas dezenas de pessoas no campo equipadas e assistidas devidamente com tecnologia, poderiam produzir alimento suficiente para milhares de outras pessoas. Assim, facilitaria o trânsito desses outros sem-terra, para atividades criativas nas zonas urbanas. Talvez, a solução não estivesse na confiscação e distribuição massiva de terras, mas na democratização da produção agrícola.

Tal proposta parece estar próxima de uma utopia, entretanto traçar um plano de ação que considere essa proposta é uma alternativa plausível. Pois, as grandes produções de monocultura que têm um papel de relevância na economia externa brasileira, seriam mantidas e igualmente a população, sobretudo ruralista, trocaria sua força de trabalho num preparo e desenvolvimento de outras áreas técnicas e científicas da União.

Esse relatório apresenta um trabalho laborioso. É rico em tabelas, gráficos e quadros que apresentam de maneira didática e pontual os dados que configuram a questão fundiária no Brasil. Além disso, no decorrer dessa CPMI foram ouvidos: 25 representantes de movimentos sociais de trabalhadores; 19 representantes de movimentos de proprietários rurais; sete pesquisadores e profissionais liberais; 50 agentes públicos; e 24 representantes de organizações da sociedade civil. (p. 452-459). Por isso, este relatório, ainda que não tenha sido aprovado, é uma fonte indispensável para pesquisadores da formação social rural do Brasil, do conceito de cultura camponesa e de estudos de conjuntura contemporânea. Portanto, o indicamos a professores, pesquisadores e militantes sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: o impossível diálogo. São Paulo: USP/EDUSP, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003, 2004, 2005, 2006. Uma colheita de conquistas e esperanças. (editorial). Brasília: Terra da gente. Governo Federal, jan. 2007.

HORIZONTES DA SOCIOLOGIA NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES E TENDÊNCIAS

Resenha do livro de DOMINGUES, José Maurício. *Aproximações à América Latina. Desafios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 265p.

Francisco Alencar Mota¹⁶

Em um texto que reúne várias publicações isoladas e recentes do autor, porém conjugadas num esforço feliz de compreender o nosso presente, como o da própria Sociologia, José Maurício Domingues nos apresenta um panorama atual dessa disciplina na América Latina, numa reflexão que se mantém em continuidade com a tradição científica quanto ao seu desenvolvimento teórico.

Dentre os diversos temas que nos são apresentados, de forma bastante provocativa, estão os do desenvolvimento, da dependência, da modernidade, sobretudo em sua “terceira fase”, de globalização, além daqueles mais diretamente ligados à condição histórica e científica da Sociologia, tais como sua autonomia (em termos espaciais, relacionados à Sociologia européia e norte-americana, e em termos científicos, relacionados à sua especificidade disciplinar e teórica), a relação teoria/empíria, a relação com o próprio desenvolvimento teórico no Continente, abordados de forma crítica e histórica. Isso com um objetivo geral, a saber, desenvolver “uma teoria sociológica sensível aos contextos latino-americanos, porém sem um latino-americanismo particularista”. (p. 21)

O autor começa este empreendimento com uma análise do pensamento sociológico de Gino Germani, sob o título “Revisitando Germani: a interpretação da modernidade e a teoria da ação”, de 2004, em co-autoria, situando-o no contexto do surgimento e desenvolvimento da institucionalização da Sociologia científica na Argentina, no qual se destaca a relação desse autor com diversos outros autores, dentre os quais são citados Raymond Aron, Margaret Mead, Erich Fromm, Bronislaw Malinowski, Kurt Lewin, bem como no contexto histórico das transformações

¹⁶ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral, CE. Pós-Doutorando em Cultura Contemporânea, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

sociais, políticas e econômicas que aquele País atravessava rumo à modernização, no que pese o significado da industrialização, das migrações urbanas e das relações de classes. Tenta minimizar, sem, com isso negar, a influência funcionalista de Parsons e da Sociologia americana sobre o pensamento de Germani, afirmando ser necessário perceber a originalidade da abordagem deste autor ao tratar os processos de transformações mencionados acima, em suas próprias contradições, complexidades e nuances, destacando-se o papel dos grupos e classes envolvidos, principalmente as elites e as classes trabalhadoras, as descontinuidades dos processos de mudança, as diferentes formas de mobilização social e, para resumir, a própria compreensão da estrutura e da ação social, de forma a carregar não somente as relações harmônicas entre as partes, mas também situações de desarticulações, conflitos, tensões, desintegrações e assimetrias. Em síntese, pode-se resumir que, para Germani, segundo Domingues, a experiência latino-americana (no caso, argentina) sob o populismo representou apenas uma integração de fato participativa das massas à nova ordem política econômica, via uma democracia efetiva, em função das condições históricas diversas existentes, mas, por outro lado, contribuiu para a aquisição por parte daquelas da consciência de seu poder e reconhecimento de seus direitos trabalhistas, o que não impediu (pelo contrário, propiciou) as contradições que levaram à derrocada do regime.

Sob o arcabouço de sua análise do contexto histórico latino-americano, Germani refletirá sobre a modernidade e a forma “desigual” e “desconexa” com que cada “sistema” (econômico, político, educacional, de personalidade, etc.) se desenvolveu, caracterizando a crise da própria modernidade, cuja perda da liberdade e da autonomia constitui a principal expressão, com prejuízos para a democracia e para a própria racionalidade.

No capítulo segundo, intitulado “Modelos de Desenvolvimento e Desafios Latino-americanos”, de 2006, Maurício Domingues traça uma visão da América Latina no que ele denominou “terceira fase da modernidade”, iniciando por um panorama socioeconômico geral, tendo como pano de fundo comparativo os países Brasil, México e Argentina, para em seguida discutir a análise que Castells faz a respeito do Chile e, por fim, refletir acerca de projetos, desenvolvimento e identidades. Quanto ao panorama socioeconômico geral, o autor mostra-se pessimista quando às condições atuais do Continente, tendo em vista as contradições que os governos incorreram ao estabelecerem políticas econômicas e sociais que tirassem seus respectivos países da crise decorrente da derrocada do modelo nacional desenvolvimentista baseado na substituição de importações e na crise ao longo das décadas 1970-80. Apesar das peculiaridades de cada um dos países supracitados, as contradições mais gerais decorreram, sobretudo, da aposta desconexa na exportação, tendo como corolário a dependência do mercado externo e de um único fator predominante – a agroindústria, a secundarização da segurança

alimentar da população local em relação às demandas do mercado externo, a aposta na agroindústria como substitutivo de investimentos em P&D e em C&T, a dependência do capital financeiro especialmente em tempos mais recentes, no fracasso da democratização dos regimes políticos mais novos a garantir as condições de desenvolvimento econômico com a solução dos problemas da pobreza e desigualdades e, por fim, no equívoco dos programas sociais como indutores do mercado interno, sem as garantias de sustentabilidade, servindo, assim, como exemplo o Programa Bolsa Família no Brasil.

No terceiro capítulo, “Regionalismo, Poder de Estado e Desenvolvimento”, de 2005, o autor compara os processos de construção da integração regional que ele denominou de “segunda onda de regionalismos”, ou seja, a partir dos anos 1990, caracterizado na América Latina pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) firmado em 1989; o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), em 1991; a Comunidade Andina (CAN), em 1997, citando também o Clube do Rio, em 1986. Sem se deter nesses processos em si, o autor enfoca a dependência que estes processos têm do que ele chamou de “poder infra-estrutural”, ou seja, a capacidade dos estados relativamente ao controle e intervenção sobre suas sociedades ou, ainda, de “gerenciamento” sobre suas populações, contrastando com o “poder despótico”. O baixo nível de poder infra-estrutural nos países da América Latina, quando comparados com o dos países que formam a União Européia, no que pese também às desigualdades regionais, constitui o principal entrave, somada ainda a globalização, em nível mais amplo, que tem dificultado a integração regional, na direção do desenvolvimento econômico e social na região.

No capítulo seguinte, “O Nacionalismo nas Américas do Sul e Central”, de 2006, o autor se debruça sobre o papel do nacionalismo na tarefa de “re-encaixe” por ocasião dos processos de desencaixe promovidos pela modernidade, defendendo ser o nacionalismo menos abstrato que a “cidadania” nessa tarefa. Estabelece as especificidades do nacionalismo no contexto das Américas do Sul e Central, em relação aos países centrais, ao assumir uma posição defensiva, libertadora e desenvolvimentista. O autor defende ainda, em termos gerais, que o nacionalismo nos países da América do Sul cumpriu seu papel “civilizador”, dada sua visão de mundo renascentista dos séculos XVI e XVII, quanto à “criar nações a partir do amálgama de culturas e povos bastante diferentes” (p. 112), contribuindo para a construção na região de uma subjetividade coletiva – a nação, bem como a integração social, no que pese as contradições e dinâmicas cultural e política dos processos de globalização, que caracteriza o que o autor denomina de “terceira fase da modernidade”.

No quinto capítulo, “Responsabilidade Ambiental e Esfera Pública na América Latina”, de 2007, escrito em co-autoria, o autor aborda a construção do discurso da “responsabilidade

ambiental” como o mais novo quadro discursivo da modernidade, no contexto da “esfera pública”. Define um conceito amplo de “esfera pública”, em oposição ao conceito de Habermas, que se fundamentava de forma por demais simplista em torno do “consenso”. Para Maurício Domingues, a noção de esfera pública contempla também as noções de poder, mercado, dinheiro e sobretudo “conflito”, ao lado dos movimentos sociais, das redes, das hierarquias. É, portanto, em meio a essa esfera pública que se localiza a questão ambiental. No que concerne a esta questão na América Latina, mais especificamente, o autor destaca ter essa temática sido associada ao problema da pobreza e do desenvolvimento, e aponta para um movimento duplo em sentidos contrários, ou seja, por um lado um efetivo avanço em termos de consciência social da questão, responsabilidade do estado, envolvimento de diversos sujeitos no problema e mobilização social; por outro, dificuldades existentes quanto à aplicação de leis, contradições de interesses. Além disso, destaca as diferenças de situações particulares de cada país quanto aos níveis de consciência e realizações no âmbito dos estados e da sociedade, analisando em especial os casos do Brasil, México e Venezuela.

No sexto capítulo, intitulado “Movimentos Sociais Latino-Americanos Contemporâneos: diversidade e potencialidades”, de 2007, o autor abordará os movimentos sociais nesse Continente, caracterizando-os a partir do contexto histórico da terceira fase da modernidade que lhes serve de palco, assinalando inicialmente as características das mudanças sociais, políticas e econômicas dessa referida fase na América Latina. Em seguida, acentua o que chamou de “descentramento” quanto à identidade e formas de organização dos movimentos sociais, outrora mais fortalecido quando do movimento operário (sindicalismo), que predominou ao longo das duas primeiras fases da modernidade, mas que agora, sob a terceira fase, no contexto da globalização, tal identidade se mostra mais fluida, emergindo novas bases e tipos de movimentos, dos quais os de “bairro” e os de base na “etnicidade”, sob o viés da “autonomia”, constituem exemplos típicos, ressalvadas as particularidades de cada país, bem como a concepção de “etnicidade”, que não a entende no sentido que definiu como “folclórico”, mas fundado na “subjetividade”. Tal noção estende os movimentos a um alcance bem mais amplo de politização. A título de exemplo, discorre sobre os movimentos raciais, os movimentos democráticos e por direitos humanos, o movimento ambientalista, feminista, religiosos, dentre outros, prezando por evitar tratar todos estes sob uma perspectiva uniforme.

No capítulo sétimo, primeiro dos dois capítulos em que o autor se debruça mais especificamente acerca da realidade brasileira, o autor se propõe a responder à pergunta sobre em que medida o Brasil participa das transformações sociais contemporâneas, sobretudo no que concerne às instituições modernas, a relação dessas instituições com a sociedade a questão da

democracia. Começa por expor a natureza das mudanças, qualificando-a de “modernização conservadora”, tendo em vista, por um lado, a libertação das amarras da dominação pessoal tradicional, e, por outro, uma “individualização” crescente da vida social, conseqüência do declínio das identidades de classe, no bojo dessas transformações – processos de “desencaixes” –, coincidentemente com o advento da democracia e da cidadania, os quais o autor compreende como, de certa forma, abstratas, redundando num certo esvaziamento das instituições modernas. Em seguida, pergunta como desenvolver novas formas de representatividade das novas sociabilidades com a derrocada do corporativismo e das organizações sociais pautadas na identidade, exercendo uma crítica aos sistemas “eletivos” e “judiciário” modernos, instituições estas que representam muito mais o interesse do indivíduo (que chamou de auto representatividade) do que os interesses coletivos, sobretudo das novas coletividades. Conclui por apontar algumas experiências que chamou de “episódicas”, decorrentes da criatividade social, que são os mecanismos de rede, baseados na colaboração voluntária, “que têm proporcionado novas formas de coordenação da ação social e a articulação, em planos concretos, da solidariedade social” (p. 202), o que não implica no abandono das instituições tradicionais, visto que os novos movimentos sociais e culturais delas também precisam para experienciarem as novas de representação das “sociabilidades concretas”.

No segundo e último capítulo específico acerca da realidade brasileira, e o último da obra, de 2006, o autor se propôs, sob o título “O Primeiro Governo Lula: um balanço crítico” a fazer o que o título supracitado denota. Inicia tal empreendimento pelo surgimento e progressiva ascensão do Partido dos Trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, as razões que o fizeram emergir e crescer, as bases econômicas, sociais e políticas, as vitórias eleitorais, culminando na que elegeu Lula ao cargo maior do país, em 2002. Dá ênfase à mudança sofrida pelo Partido de uma perspectiva ideológica, fundada sobre o “novo sindicalismo” à perspectiva mais pragmática, nos anos mais recentes, que o volveu a uma política de alianças que ultrapassou as afinidades ideológicas. Não descarta quanto à referência e análise do modelo de desenvolvimento econômico e social adotado ao longo do século XX e que encontrara nas últimas décadas uma configuração que ajuda a compreender o desenrolar dos acontecimentos políticos e sociais.

Dividindo o primeiro Governo Lula em duas fases – Fase 1 (2002 a 2005) e Fase 2 (2005 a 2006), o autor imprime a seguinte compreensão de cada uma dessas fases: a primeira se caracteriza, em síntese, pelas tentativas do governo em, por um lado, efetivar promessas de desenvolvimento social, do que serve como principal exemplo, o programa Fome Zero, e, por outro, manter-se numa linha ortodoxa no que concerne à política de desenvolvimento econômico, prometida aos organismos financeiros internacionais, bem como montar uma base de

sustentação política no Congresso até o momento inexistente. Os escândalos éticos que envolveram o governo ao longo dessa fase, dentre outros fatores, dava-se como quase certo o que seria o final melancólico governo Lula, tão desejado pela oposição, não fosse à reviravolta por ocasião da Fase 2.

Na segunda fase, o Governo Lula restabelece sua popularidade com uma série de investimentos e ações sociais voltadas sobretudo para as classes mais pobres, dentre as quais são mencionadas: o Bolsa Família, que unificou vários programas sociais e tornou-se o carro-chefe da popularidade do Presidente, estabelecendo por esse meio o que o autor denomina de “clientelismo burocrático”; a multiplicação de formas de crédito popular; a construção de moradias populares, além de outros fatores que corroboraram para a popularidade do presidente, tais como investimentos nas estradas, a notícia da auto-suficiência na produção de petróleo pela Petrobrás, os recursos para a educação, como a aprovação do FUNDEB, recursos para a pesquisa em C&T. Em termos políticos a legitimidade do Governo é garantida por meio de acordos políticos, o que contribuiu para a manutenção em cargos estratégicos Aldo Rebelo (PC do B), como presidente da Câmara dos Deputados; Renan Calheiros (PMDB), como presidente do Senado, além da nomeação de Dilma Rousseff para a Casa Civil, substituindo José Dirceu. O autor confere uma perspectiva crítica aos avanços sociais e mesmos econômicos (índices da balança comercial, de exportação, da dívida interna e externa, etc.), no sentido de não corroborarem para um crescimento econômico, sobretudo de forma autônoma e socialmente sustentável, até então ainda prometido pelo Presidente, incorrendo em várias contradições que são apresentadas pelo autor, sem aqui haver espaços para expô-las.

A título de conclusão, deve-se destacar desta obra de José Maurício Domingues, a visão panorâmica da América Latina apresentada, sem com isso ser apressada ou simplista, pelo contrário, de caráter a um só tempo informativo e analítico, algumas vezes até em pormenores, imprimindo uma compreensão por diversas vezes original que acrescenta ao leitor elementos novos para uma reflexão de base sociológica acerca das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais contemporâneas na América Latina. Essa é a razão do autor desta resenha estar sugerindo sua leitura!!!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DOMINGUES, José Maurício. *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOCIABILIDADES E MAÇONARIAS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Resenha do livro de BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, 338p.

Marcos José Diniz Silva¹⁷

A atuação da maçonaria, ao longo da História, tem sido encarada tradicionalmente sob duas perspectivas excludentes: a condenatória e a apologética. Nesta última perspectiva constata-se, num olhar mais apurado, que a produção historiográfica maçônica tem tido como foco o século XIX, especialmente os chamados grandes fatos históricos da nacionalidade e as disputas referentes à Questão Religiosa com a Igreja Católica, na crise do Império. Essa produção é marcada por uma luta simbólica pela legitimação da atuação dos pedreiros-livres como precursores, mentores e fundadores da nova nação independente em contraposição ao tradicionalismo clerical católico que reclamava para si o lugar de fundadores espirituais da nação, nos primórdios do colonialismo e que, no contexto do ultramontanismo, entre o final do Império e o início da República, elegia a Maçonaria como inimiga número um da Igreja.

Os dois gêneros são fartos, mas nem por isso, na mesma medida, dignos de confiança da parte do historiador acadêmico. E nesse sentido, tem-se expandido, no Brasil nas duas últimas décadas, o interesse acadêmico pela reflexão e investigação das práticas e valores dos pedreiros-livres. Um novo olhar sobre os arquivos públicos e maçônicos, novas perspectivas analíticas de caráter historiográfico, bem como o questionamento do imaginário maçônico e antimaçônico cristalizado em torno dos alguns “grandes fatos” da história nacional, dentre outras modalidades de abordagem, têm sido desenvolvidos.

Entre esses novos estudiosos pode-se, resumidamente, destacar Célia Marinho de Azevedo, Eliane Colussi, Marco Morel e Alexandre Barata. Este último tem desenvolvido considerável produção sobre a atuação maçônica no Brasil. Inicialmente estudou a atuação dos maçons das décadas finais do século XIX, até a primeira década do século XX, quando a maçonaria brasileira adquiria maior visibilidade pública fundando jornais, criando escolas, asilos, campanhas filantrópicas e atuando no abolicionismo. Era significativa a inserção da maçonaria no movimento liberal ilustrado, positivista e no movimento republicano, assim como nos embates

¹⁷ Professor de História da Universidade Estadual do Ceará e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará /Bolsista FUNCAP.

ideológicos com o catolicismo ultramontano¹⁸. Em pouco mais de uma década que separa o estudo referido de Alexandre Barata, resultante de seu Mestrado, e a obra resenhada, a produção acadêmica sobre a maçonaria no Brasil expandiu-se consideravelmente, causando estranheza e admiração, especialmente entre os maçons.

Desta feita, e para ser mais significativo em sua nova pesquisa, agora de doutoramento, Alexandre Barata optou por debruçar-se sobre aquele que é considerado pela historiografia maçônica o tema fundador de sua epopéia em terras brasileiras, ou seja, nossa Independência. Ou, como diz o autor: “De fato, esta imagem que associa de forma direta maçonaria e Independência acabou por se tornar quase que uma tautologia” (p. 29).

As palavras de sua orientadora Célia Marinho de Azevedo, prefaciando a obra, são um bom indicativo da originalidade dessa investigação:

Desta vez ele retornou a um tempo (1790-1822) em que a sociabilidade maçônica era vivenciada no segredo das lojas, onde se pensava e debatia as novas idéias, mais tarde cognominadas Iluminismo, a despeito da ameaça constante da Inquisição portuguesa. Para isso ele foi a Portugal onde se deparou com uma imensa massa de documentos manuscritos que guardam até hoje as vozes de maçons infelizes, colhidos nas malhas inquisitoriais. A despeito de sua infelicidade, confesso que me diverti com eles, pois afinal como não rir ao me deparar com um grupo de jovens travessos, empenhados em devorar presuntos em desafio ao supremo interdito da Quaresma? E o que dizer de sua celebração dos prazeres da “carne”, já que Deus é tão benigno e o inferno é uma quimera para nos atormentar em vida? Mas, mais belo ainda é acompanhá-los no seu entusiasmo juvenil pelos novos ideários acenados pela tão recente Revolução Francesa, a liberdade, a igualdade, a fraternidade... quanto idealismo, quanta maçonaria! (p.16).

No intento de compreender a inserção e a trajetória da maçonaria e dos maçons brasileiros na virada dos séculos XVIII para o século XIX, Alexandre Barata buscou entender o mundo luso-brasileiro daquele contexto e as diversas transformações culturais advindas da difusão do pensamento iluminista e dos reflexos da Revolução Francesa sobre a ordem política, jurídica e religiosa. Para isso, por um lado, faz uso de conceito de sociabilidade (conforme o tratam Maurice Agulhon e Jean-François Sirinelli¹⁹) como instrumental para o entendimento das variadas formas de associação emergentes no século XVIII, especialmente a maçonaria, denunciadoras de uma esfera pública na qual germinava a crítica ao Antigo Regime sob o crivo da Ilustração. Por outro

¹⁸ Cf. BARATA, Alexandre M. **Luzes e sombras. A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp-Centro de Memória da Unicamp, 1999.

¹⁹ Cf. AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3 ed. Paris: Fayard, 1984; RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

lado, o autor procura inserir o estudo da instituição maçônica no Brasil nos quadros analíticos da “história política renovada” de René Rémond e da história cultural. Ou seja, enquanto momento da história política, a atuação dos maçons não ficaria restrita à análise de comportamentos coletivos e seus efeitos, mas às sensibilidades, crenças e valores.

No primeiro capítulo, o autor investiga a emergência no interior da sociedade luso-brasileira, na virada do século XVIII para o XIX, de comportamentos heterodoxos ou críticos aos valores do Antigo Regime, especialmente aqueles denominados de “libertinagem” ou “francesia”, pelas autoridades civis e eclesiásticas. Naquela sociedade, libertinagem não era sinônimo apenas de irreligiosidade e imoralidade, mas também de princípios revolucionários, ameaça ao poder real, de tal modo que também o pertencimento à maçonaria equivalia à libertinagem. Um dos muitos casos típicos de atitudes transgressoras, constante de documentação da Intendência Geral de Polícia, é relatado pelo autor:

Em 1897, foi apreendido com o estudante da Universidade de Coimbra Alexandre Ignácio Correia Soares Velho, um “infame papel que tem por objeto revoltar os povos e mostrar-lhes a ocasião que devem aproveitar para este fim e atacando ao mesmo tempo o Tribunal do Santo Ofício, os seus ministros e até o Príncipe Nosso Senhor que felizmente nos rege” (p. 44).

No segundo capítulo, o autor procura definir o que era ser maçom naquele contexto, investigando os elementos componentes de sua identidade e das representações criadas na sociedade luso-brasileira sobre o pertencimento àquele tipo de sociabilidade praticado nas lojas maçônicas. Ou, nas palavras do autor: “... quem eram os maçons e o que significava ser maçom no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX no mundo luso-brasileiro” (p. 88).

Demonstra o autor que a curiosidade, o desejo de usufruir do auxílio mútuo praticado pela Ordem, a percepção da maçonaria como um espaço de convívio e mobilidades sociais e, por fim, o entendimento do espaço maçônico como escola de virtudes, de debate de idéias e de aprendizado do viver em coletividade, eram as principais razões que levavam os homens a ingressarem na sociedade dos pedreiros-livres. Constata também, que o recrutamento maçônico na sociedade brasileira do início do século XIX, dava-se majoritariamente entre militares, funcionários públicos e negociantes/comerciantes, respectivamente. Explica-se essa configuração em razão da influência de franceses e ingleses na organização do exército luso-brasileiro, da necessidade de proteção contra os processos de perseguição às sociedades secretas levadas a efeito pelo poderes civil e eclesiástico e como forma de cooptação de setores estratégicos da

burocracia para o encaminhamento do projeto de autonomia nacional, bem como pela gradativa inserção do setor mercantil na vida política e social carioca daquele contexto, respectivamente.

Contudo, mesmo considerando que a sociabilidade maçônica expressava uma composição social mais heterogênea que as demais formas associativas tradicionais, como irmandades, misericórdias, e mesmo associações intelectuais, ao reunir em suas lojas militares, negociantes, funcionários públicos, proprietários e membros da nobreza, a maçonaria não eliminava as barreiras hierárquicas e os fossos à mobilidade social, à medida que requeria dos candidatos à iniciação o estatuto de livros e recursos financeiros bastantes para a manutenção de suas obrigações filantrópicas e de auxílio mútuo aos Irmãos. Por fim, o quarto capítulo focaliza a atuação do Grande Oriente do Brasil, fundado em 17 de junho de 1822, a partir do desdobramento da “Loja Comércio e Artes do Rio de Janeiro”, em mais duas lojas, para a formação da primeira Obediência maçônica no Brasil. O autor destaca as combinações entre essa fase de maior institucionalização da maçonaria e as movimentações maçônicas em torno do futuro do Império Português, consignado nas questões do constitucionalismo, do caráter da autonomia do Brasil ante as pretensões das cortes portuguesas e, fundamental, o caráter diverso e contraditório dos projetos políticos da maçonaria brasileira dividida entre o “grupo do Ledo”, de um lado, e do outro, o “grupo do Bonifácio”. Entre debates, mobilizações públicas, intrigas e perseguições, dois projetos de Independência vicejavam das Lojas para as ruas e das ruas para as Lojas, nas quais se opunham, em essência, o republicanismo do grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo e o monarquismo constitucional do grupo de José Bonifácio de Andrada.

Em síntese, a obra marca importante ruptura na tradição historiográfica maçônica e não-maçônica brasileira na medida em que, desvendando o caráter múltiplo da sociabilidade maçônica, rompe com as visões deterministas ou teleológicas que conferiam à maçonaria um caráter necessariamente revolucionário e um lugar sagrado no panteão da História pátria, ao revelar os caminhos e descaminhos de sua historicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLUSSI, Eliane L. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3 ed. Passo Fundo (RS): UPF, 2003.
- MARINHO DE AZEVEDO, Célia M. Maçonaria: história e historiografia. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 32. 1996-1997. p.178-89
- MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias na primeira metade do século XIX. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. n. 28, 2001, p.3-22.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

**“TAMBÉM ESTE É UM DOS LUGARES OSCUROS DA TERRA”²⁰;
TRABALHO DE CAMPO EM CONTEXTOS METROPOLITANOS**

Resenha da coletânea organizada por LIMA, Antônia Pedroso e SARRÓ, Ramon. *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa: ICS/ Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 192 p.

Maria Paula Jacinto Cordeiro²¹

No cenário contemporâneo, parece ter havido um deslocamento de objeto em estudos antropológicos. Já não é em ilhas longínquas e exóticas ou em sociedades tidas como primitivas que o contato entre antropólogo e seu objeto suscita os maiores atrativos e desafios. São as dinâmicas relacionadas ao viver urbano a maior provocação para a produção etnográfica. O outro, o diferente já não está distante, mora ao lado. Complexidades, culturas em trânsito, movimentos, migrações, disputas e tensões entre os agentes envolvidos no fenômeno urbano perfazem, muitas vezes o rol de investigações em Ciências Sociais. No entanto, a forma de abordagem do campo e as condições sociais de pesquisa nesse tipo de terreno têm provocado perplexidade em pesquisadores, tanto em termos da necessária adaptação metodológica do modelo clássico do fazer etnográfico, quanto ao dinamismo que o campo metropolitano impõe a seus investigadores, seja no tocante à demarcação de um terreno em movimento, às tensões que se aprofundam no processo de familiarização/estranhamento/familiarização, ou à dificuldade de obter coerência num campo que nunca é “puro” e está sempre a sofrer interferências de situações que se sobrepõem. São esses, sobretudo, os desafios que abraçaram os autores de *Terrenos metropolitanos: ensaios sobre a produção etnográfica*.

Os textos se ocupam fundamentalmente da reflexão sobre a produção do campo de pesquisa no espaço urbano. A rigor, não é um manual metodológico, ali não há indicações de como fazer ou quais procedimentos tomar em determinadas situações que o terreno da pesquisa

²⁰ A expressão foi utilizada por Ramon Sarró e Antonia Pedroso de Lima na Introdução do texto, numa alusão a Joseph Conrad, em referência a lugares construídos na imaginação antes de concretizados no mapa.

²¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri, Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Investigadora Visitante no Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

impõe. Antes, é quase um diário de impressões relativas a pesquisas específicas, algumas multissituadas e capazes de demonstrar o tipo de inquietação que acompanha o trabalho de campo nas cidades. Os estudos apresentados são também exemplificativos de situações de impasse que sempre cercam o pesquisador a certa altura do trabalho de campo, às vezes muito cedo, já nas primeiras aproximações empíricas, implicando em saídas *ad hoc*, afinando o campo, ou subtraindo elementos da análise num sentido de “limpar o terreno”. Outras vezes, quando o trabalho já está avançado, gerando uma espécie de crise que culmina em reavaliação das abordagens; ou ainda, quando o trabalho já está concluído, durante a articulação das estratégias utilizadas para justificação das escolhas relacionadas à “abertura” e “fechamento” do campo. Destaca-se o trabalho de campo como um processo que se constitui “em construção”, considerando que o terreno de pesquisa não “está lá”, mas que é sempre “feito” pelo pesquisador, concebido teoricamente e demarcado empiricamente e, portanto, decorrente da relação do investigador com o seu objeto. Neste sentido, os nove textos que compõem o livro têm uma certa afinação que confere ao todo um caráter singular, oferecendo janelas para contemplar experiências instigantes, com contribuições importantes no tocante ao “como pensar” dilemas de campo, abrindo valiosas perspectivas de discussão ao objetivar e racionalizar o que ocorreu ou o que foi percebido pelo pesquisador durante suas investigações.

Já na Introdução, Ramón Sarro e Antónia Pedroso de Lima, organizadores do livro, discutem a utilização do termo “trabalho de campo” para nomear variadas abordagens possíveis do campo de pesquisa em Ciências Sociais, especificamente em Antropologia. Curiosamente, o termo parece ser uma espécie de chapéu mexicano no qual se coadunam abordagens clássicas como a de Malinowski, Evans-Pritchard, e abordagens novas como a de Wacquant. O que teriam em comum? O que sobressai, de fato, não são regras, mas a noção de que “O antropólogo é um ser humano a estudar outros seres humanos, com quem se pode dar bem ou mal, que se misturam na sua vida e deixam, em maior ou menor grau, entrar na intimidade das suas vidas” (p. 20). Essa perspectiva, de certa forma, coloca em aberto um dos grandes desafios do trabalho de campo: Não há diretrizes claras. Cada situação tem as suas especificidades.

Em contextos metropolitanos importa saber que a atitude de “estranhamento” não é um dom natural nem um talento fabricado. Estando o etnógrafo “próximo de casa”, o embricamento entre as dimensões pessoais de sua vida e o “trabalho de campo” é inevitável. Contudo, a partir da explicitação das condições de produção do conhecimento já apregoada por Malinowski em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, pode-se perceber que as diferenças entre os trabalhos realizados em contextos clássicos e em contextos metropolitanos não são tão grandes. De partida, em se tratando de terrenos metropolitanos, questiona-se: qual é o campo? Como circunscrevê-lo?

Como operacionalizar o fluxo dos indivíduos? O que fazer quando não é possível encerrar o objeto geograficamente ou etnicamente? Para operacionalizar fluxo e encerramento ao mesmo tempo, é preciso considerar que o campo vai sendo “construído” durante a pesquisa e isto pressupõe cortes, à moda antiga. Todavia, na metrópole, há mudanças em relação à percepção clássica do campo: “ninguém sonha com terrenos ‘autênticos’ ou ‘puros’, pois a mistura é demasiado evidente para ser ignorada” (p. 27).

No primeiro capítulo, intitulado “O desafio de encontrar e definir o terreno”, Mette Louise Berg, reflete sobre as dificuldades de trabalhar num universo profundamente politizado, circunscrito entre cubanos da diáspora em Madrid. Diante de um campo que envolvia pessoas em movimento e interligações entre representações de Cuba, da política dos emigrados, a autora propõe pensar em ‘campo’ como categoria analítica, na perspectiva do espaço como um fenômeno construído socialmente. Ao perceber que o seu campo se constituía sinuoso, observando situações em que parecia ganhar confiança de seus informantes, seguida por dispersões relacionadas a suspeitas daqueles a respeito de seus “reais” motivos para realizar a pesquisa, Berg começa a perceber que a única coisa que os cubanos pareciam ter em comum era exatamente aquilo que os mantinha separados: a desconfiança. O texto torna-se particularmente interessante, na medida em que a autora transcreve anotações de seu caderno de campo, “vinhetas”, e as analisa a partir da sua tentativa de construir uma “etnografia da empatia”, ao mesmo tempo que se preocupa com a escolha das expressões e versões a utilizar, considerando a contextualização das narrativas e suas precárias condições de investigadora. Para a autora, o seu campo acabou por tornar-se uma série de lugares e relações espalhadas pelo tempo e espaço, em expansão e contração contínua, levando-a a localizá-lo a partir de práticas e narrativas espaciais, temporais e discursivas.

A seguir, no texto ‘Passageiros de Schengen’, a dialética entre fluxo e encerramento no trabalho de campo, José Mapril reflete sobre a forma como os antropólogos constroem as fronteiras e os limites do conhecimento e os desafios que estão aí implicados, à medida que estão submetidos a processos que envolvem fluxos e encerramentos relacionados ao campo de pesquisa. Interessado na forma como os seus interlocutores²², em certos contextos, criavam fronteiras entre grupos nacionais e religiosos em nível discursivo e prático, para desconstruí-los em outros contextos, Mapril, a certa altura do trabalho de campo, vê-se diante de uma virada no seu objeto que indicava a diluição da sua rede de informantes. O que fazer? Acompanhar a diluição da rede? Acompanhar seus interlocutores quando começassem a dispersar? Construir um novo terreno,

²² Nomeadamente bangladeshianos em busca de regularização de sua situação migratória em Lisboa.

começando do início? Ao investigar como as pessoas manipulam suas redes sociais para gerir as dificuldades e oportunidades relacionadas à chegada noutra país, seu principal objetivo teórico, o autor começa a refletir sobre toda a rede, o que acaba por redirecionar o trabalho para um outro tipo de paradoxo: produzir um estudo sobre fluxos transnacionais apoiado num grupo aparentemente territorializado. Ao perceber que seus interlocutores iniciais eram o próprio fluxo e passar a pensar o campo não como um *'site'*, mas sim, como um campo de relações sociais que são significativas para as pessoas, Mapril oferece uma aplicação interessante do enfoque na experiência da imigração e seus impactos nos comportamentos das pessoas e percepções do mundo e de si.

Em “Absorver e ser absorvido: diálogo etnográfico e feitiço falado”, Susana Pereira Bastos debate sobre a tensão entre a convicção de ter trabalhado rigorosamente na recorribilidade dos dados disponíveis e a sensação de estar sempre do lado de fora olhando para dentro. Seu campo são famílias ‘hindus-gujaratis’ estabelecidas em Lisboa, e seu desafio é compreender, no âmbito de narrativas que constituem um corpus de contos rituais evocados na prática feminina do *'vrata katha'*, seus significados e interações no cotidiano das ouvintes. Para as ouvintes/ritualistas, as narrativas possuem um “poder especial”, uma espécie de magia transformadora, ao mesmo tempo em que estão impregnadas de associações da narrativa a poderes da feitiçaria e acusações de filicídios e canibalismo. Bastos permite-se uma experiência de imersão participante ao ser iniciada como ritualista, o que lhe favoreceu viabilizar comunicações preciosas sobre o que acontecia entre as ouvintes/ritualistas, ao mesmo tempo que lançou ao futuro as possibilidades de contato etnográfico de tipo novo, uma espécie de “terreno sem sair de casa”, viabilizado pela inversão dos níveis de intimidade que lhe haviam sido propiciados no passado. A partir dessas interações, a autora identifica aspectos subjetivos valiosos na compreensão do significado profundo do diálogo etnográfico para suas interlocutoras: ao “pedir que o outro fale sobre sua vida, pô-lo a falar sistematicamente sobre si próprio, escutá-lo sem interromper [...] não aprofundar o interconhecimento [...] pode, à la limite, ser lido como uma modalidade de ‘comer’ e de o despossuir do seu poder” (p. 91). Ao estabelecer-se como especialista em rituais hindus de passagem, a autora reflete sobre como esses pressupostos não são exclusivos daqueles que acreditam em feitiçaria e sobre como a detenção desse “poder” por outrem pode impedi-los de se auto-representarem. No capítulo 4, Elsa Lechner aborda o encontro etnográfico, do ponto de vista da ética em experiências de ruptura biográfica no texto “A face do outro, ou face ao outro: ética e representação etnográfica”. Seus interlocutores são emigrantes transmontanos em França, e a estratégia utilizada pela autora é a captação de suas histórias de vida. Entre dezenas de entrevistados, Lechner passou a selecionar progressivamente casos-exemplo que evidenciavam a

relevância do “encontro concreto com pessoas concretas”. A partir de intersubjetividades do contexto empírico, a autora reflete sobre o lugar do investigador como aquele que interpreta e questiona se o que se dá a conhecer pela interpretação etnográfica é a face do outro, um face ao outro, ou ainda um dar a face. Para a autora, em constante diálogo com Levinas, a face do outro corresponde à abordagem que não mitifica e não fixa o outro numa representação impermeável no tempo. Tal abordagem suscita um face ao outro, relacionada à responsabilidade de tradução refletida no respeito pelo fato de que a face a outrem se trata também de um ‘dar a face’.

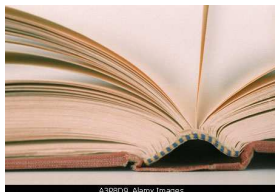
Ubaldo Martinez Veiga, em ‘Etnografia e pequenas verdades de fato: notas desde *El Ejido*’, trata da questão, do ponto de vista interpretativo a partir das distintas versões de um evento de grande repercussão midiática, desencadeado por um homicídio que gerou perseguição à população imigrante em *El Ejido*, Espanha, em 2000. O texto trata essencialmente do lugar dos fatos na produção etnográfica e da freqüente dificuldade de acesso às diversas interpretações que os atores oferecem às suas ações, considerando que “nem tudo se passa em praça pública”. Para o autor, o problema se complexifica progressivamente quando se desenvolvem trabalhos etnográficos em grupos que não são homogêneos, o que leva ao necessário reconhecimento da fonte dos dados e do ponto de vista de partida, tendo em conta que o que se atinge ao final de todo o trabalho etnográfico são visões parciais.

Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migratórios entre Bubaque (Guiné Bissau) e Lisboa, de Lorenzo Ibrahim Bordonaro e Chiara Gema Pussetti é um trabalho multissituado que mostra interconexões entre o contexto de origem e o de acolhimento de migrantes procedentes do ‘Arquipélago dos Bijagós’, atualmente residentes em Lisboa. Aos autores interessa considerar que o estudo das migrações tem que levar em conta o tráfico de imaginários, de sentimentos e de aflições, utilizando o conceito de aflição para compreender o modo como aspectos pessoais da doença tornam-se traços incorporados de processos sociopolíticos mais abrangentes. Utilizando as categorias ‘centro e periferia’ como escopo teórico, Bordonaro e Pussetti apresentam, de forma dramaticamente intensa, as linhas de percepção dos jovens no contexto de origem, a respeito de si mesmos, do seu mundo e de uma Europa idealizada como redentora, para, a seguir, contrapor as narrativas da desilusão como uma das primeiras experiências dos migrantes. A experiência migratória passa a ser vivida como um exílio que se converte numa nostalgia, num desejo de voltar. Os migrantes tornam-se, por fim, indivíduos que não estão nem “aqui” nem “lá”, configurando-se como atores de um transnacionalismo incompleto, bloqueado ou impossível. A proposta do último texto concebido a partir das inquietações do trabalho de campo é discutir o conceito de identidade coletiva a partir da lente da teoria crítica. Assim, Nina Clara Tiesler, em *Back to the roots? A busca da experiência subjetiva*

na selva das políticas da identidade utiliza a questão da integração dos muçulmanos e das comunidades de imigrantes muçulmanos em Portugal, para discutir a emergência (e inconsistência) do conceito de identidades coletivas e propor o conceito de *home* nas abordagens que envolvem as políticas de identidade e experiências subjetivas. Para a autora, o conceito de *home*, por relacionar-se estreitamente a questões de espaço e pertença, revela-se promissor, particularmente no estudo das migrações, tendo como referência o utópico e o nostálgico, aquilo que se perdeu ou enfraqueceu, ligando-se assim à noção de perda da identidade. Para Tiesler, paradoxalmente, a idéia de identidade coletiva é contraditória por apresentar-se como aquilo que se perdeu dentro da “comunidade global”.

À guisa de conclusão, João de Pina Cabral reflete sobre as alterações nas condições da prática etnográfica, avaliando o terreno metropolitano como o campo das infinitas possibilidades, escondido “não na distância, mas nas dobras”, cuja lonjura é a sua complexidade. Para o autor, a metrópole deve ser vista como resultado de seu próprio encontro das diferenças, posto que é justamente aí, na diferença, que se constrói a etnicidade, e, ao mesmo tempo, não pode ser desvinculada do seu devir, do seu constante vir-a-ser. Como terreno plural, a metrópole também se constitui em desafio diplomático e suscita a diversificação das fontes, na busca de uma perspectiva holística.

Como pensar a produção etnográfica em campos complexos, cujo estatuto do distanciamento é ambíguo e dissimulado em indefinições? Como produzir noções abrangentes em terrenos aparentemente próximos e homogêneos, mas que, olhados detidamente, são abundantes em particularidades? Sabendo-se que os subsídios metodológicos de relatos sobre experiência de campo em Ciências Sociais podem suscitar diversas indagações na representação em etnografia, a contribuição que percebo desta obra, como fonte e como bibliografia, é que se trata de fazeres etnográficos cuja reunião é orquestrada para indicar a reflexão sobre a consolidação teórica da Antropologia Social e Cultural. Ao focar questões fundamentais, os artigos indicam o caminho de uma epistemologia auto-reflexiva no “jogo de espelhos” do campo etnográfico.



Apresentação

Expediente

Sumário

Resenhas

Normas para Publicação

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Processador de texto: Word for Windows

Espaçamento do texto: 1.5

Papel: formato A4

Fonte: Times New Roman, tamanho 12

Número de páginas: até 6 páginas

Apresentação da página de rosto

Título da resenha (dado pelo autor da resenha) e Título da obra a ser resenhada;

Dados do autor da resenha e da obra a ser resenhada;

Filiação científica do(s) autor (es) da resenha, mencionando instituição/
Departamento/Seção;

Endereço completo, endereço eletrônico (E-mail), quando possível, e telefone para contato.

As resenhas devem conter uma descrição significativa do conteúdo do livro, evitando opiniões pessoais ou posicionamentos que impeçam que o leitor tenha conhecimento objetivo da edição.

Perfil -> um periódico patrocinado pela Sociedade Brasileira de Sociologia com o objetivo de tornar mais visível especialmente a produção científica brasileira na área de Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia;

Formato -> a publicação tem como característica principal a apresentação de resenhas de livros ou de um conjunto de artigos recentes (de preferência nos últimos dois anos); o objetivo é informar o leitor de forma sucinta sobre o que de principal tem sido publicado na nossa área (não se confunde portanto com o BIB);

Quem vai fazer as resenhas -> principalmente doutorandos das nossas Pós-graduações, mas também sócios da SBS; acho importante que em cada número haja uma resenha inicial (que pode ser maior que as outras) feita por qualquer um de nós (ex e atuais membros da diretoria e comitê científico); boas resenhas feitas no exterior e publicadas em bons periódicos podem também ser traduzidas;

Período de envio e seleção das propostas -> As propostas devem ser enviadas em dois momentos: até 20 de abril (para publicação em maio) e até 30 de setembro (para publicação em outubro). A seleção das propostas será feita tendo por base a clareza e profundidade da apresentação do texto, considerando-se também os requisitos apontados nas normas para a publicação.